



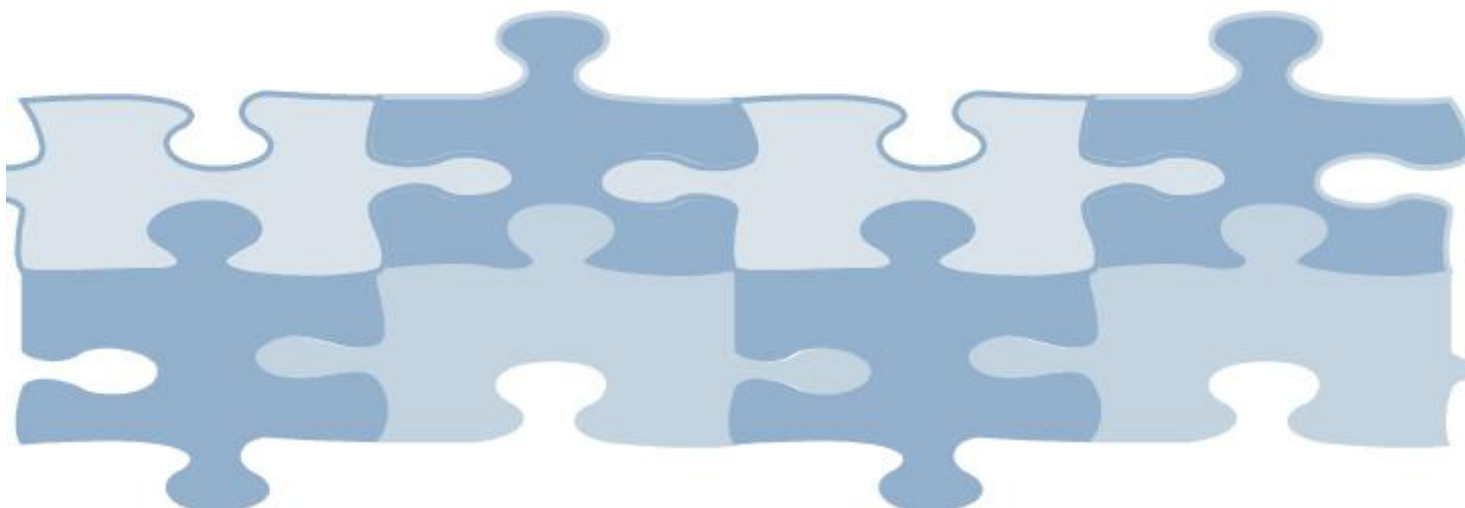
Ministério da Agricultura,
Mar, Ambiente e
Ordenamento do Território

DGADR
Direção-Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

PROGRAMAÇÃO

PLANO DE ACTIVIDADES

2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Plano de Actividades 2012

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

LISBOA
2012

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
CARACTERIZAÇÃO DA DGADR	5
Missão e atribuições.....	6
Enquadramento legal	7
Estrutura orgânica	7
RECURSOS A AFETAR	9
Recursos humanos.....	10
Recursos financeiros	11
Suportes físicos e lógicos.....	13
ANÁLISE DO PLANO.....	15
Objetivos estratégicos e operacionais	16
DIREÇÃO SUPERIOR – CARACTERIZAÇÃO.....	18
OBJETIVOS E ATIVIDADES DAS UNIDADES NUCLEARES	20
Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração.....	21
Direção de Serviços da Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais	30
Direção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural	37
Direção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais	43
Direção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal.....	54
Direção de Serviços de Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas.....	62
Coordenação da Rede Rural Nacional e Unidade Central da Estrutura Técnica de Animação..	73

NOTA INTRODUTÓRIA

Este Plano de Atividades tem como objetivo apresentar as atividades e objetivos a desenvolver pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural durante o ano de 2012 tendo como referencial o **Decreto Regulamentar n.º 8/2007**, de 27 de fevereiro, que aprova a sua Lei Orgânica; a **Portaria n.º 219-C/2007**, de 28 de fevereiro, que estabelece a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas e o **Despacho n.º 9185/2007**, de 23 de março, que determina a composição das unidades orgânicas nucleares e as respetivas competências e enquadrado no orçamento de funcionamento e mapa de pessoal aprovados.

Teve ainda por base, na sua elaboração, o Balanced Scorecard (BSC), instrumento de gestão orientado para a estratégia que permite à DGADR expor a sua visão estratégica e transformá-la num plano de acção capaz de estabelecer uma contínua melhoria no seu desempenho organizacional.

Tendo em consideração que a publicação da Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, **Decreto-Lei nº 7/2012** que estabelece a missão, atribuições e estrutura geral do ministério ocorreu a 17 de janeiro mas no momento de elaboração deste instrumento - que faz parte do ciclo anual de gestão - ainda não ocorreu a publicação dos restantes diplomas legais que estabelecem a futura orgânica desta Direção-Geral bem como a estrutura nuclear e competências das unidades orgânicas prevê-se que este plano venha a ser reformulado, a seu tempo, já com o respetivo enquadramento nesses diplomas assim que tenha ocorrido a sua publicação.

CARACTERIZAÇÃO DA DGADR

MISSÃO E ATRIBUIÇÕES

É de salientar que com a publicação do **Decreto-Lei nº 7/2012** a 17 de janeiro que estabeleceu a missão, atribuições e estrutura geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território se prevêem alterações na orgânica da DGADR definindo nova missão e novas atribuições. Porém as constantes neste plano de atividades estão de acordo com o **Decreto Regulamentar n.º 8/2007**, de 27 de fevereiro, que aprovou a lei orgânica da DGADR em 2007.

A DGADR é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa e integrado no Ministério da Agricultura, do Ambiente, do Mar e do Ordenamento do Território. Tem por missão contribuir para a execução das políticas nos domínios da agricultura, dos recursos genéticos vegetais, da fitossanidade e dos produtos fitofarmacêuticos, dos materiais de multiplicação de plantas e de variedades vegetais, do regadio e da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas, da protecção dos recursos naturais e da gestão sustentável do território, da qualificação dos agentes rurais e da valorização e diversificação económica das zonas rurais, propondo as medidas e instrumentos de política, promovendo a respectiva aplicação e participando no seu acompanhamento e avaliação, sendo o serviço investido nas funções de autoridade nacional do regadio, assim como de autoridade fitossanitária nacional.

Para tal prossegue as seguintes atribuições:

- Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objectivos e participar na elaboração de planos, programas e projectos nas áreas da sua missão;
- Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da qualificação e valorização dos territórios e da diversificação económica;
- Promover a viabilização das explorações agrícolas, a modernização das empresas de transformação e comercialização dos produtos agro-alimentares;
- Dinamizar uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, do regadio e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas, nomeadamente, e sem prejuízo de externalização, a promoção e acompanhamento e fiscalização da obra hidráulica;
- Assegurar a protecção e a valorização dos recursos genéticos vegetais;
- Executar a política de protecção das culturas;
- Desenvolver as funções de autoridade nacional de regadio, representando o Ministério em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na definição da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional do Regadio, criando e mantendo actualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infra-estruturas hidroagrícolas que o sustentam;
- Desenvolver as funções de autoridade fitossanitária nacional, preparando as normas necessárias a uma eficaz regulamentação do sector dos produtos fitofarmacêuticos, promovendo a sua correcta utilização e colaborando na concepção e execução de programas de monitorização dos resíduos de pesticidas e de controlo de formulações de pesticidas no mercado, assegurando o cumprimento das obrigações

nacionais, comunitárias e internacionais, bem como elaborando e implementando os programas de âmbito ou relevância nacional destinados a garantir o bom estado fitossanitário das culturas.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A DGADR tem o seu enquadramento legal nos seguintes diplomas:

- **Decreto Regulamentar n.º 8/2007**, de 27 de fevereiro, que aprova a sua Lei Orgânica;
- **Portaria n.º 219-C/2007**, de 28 de fevereiro, que estabelece a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas;
- **Despacho n.º 9185/2007**, de 23 de março, que determina a composição das unidades orgânicas nucleares e as respetivas competências.
- **Portaria n.º 1342/2007**, de 11 de outubro, que fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipa multidisciplinares;
- **Despacho nº 17152/2011**, D.R. nº 245, Série II, de 23 de dezembro - Nomeação do Diretor-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em regime de substituição.

ESTRUTURA ORGÂNICA

De acordo com o disposto na Portaria n.º 219-C/2007, de 28 de fevereiro, e no Despacho n.º 9185/2007, de 23 de março, a DGADR encontra-se estruturada nas seguintes unidades orgânicas:

Direção

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)

- Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH)
- Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)
- Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI)

Direção de Serviços de Agricultura, dos Territórios e Agentes Rurais (DSATAR)

- Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
- Divisão de Formação e Associativismo (DFA)
- Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR)

Direção de Serviços de Hidráulica e Engenharia Agro-Rural (DSHEAR)

- Divisão de Infraestruturas Hidráulicas (DIH)
- Divisão de Engenharia Agro-Rural (DEA)
- Equipa de Mecanização e Apoio a Projetos (EMAP)

Direção de Serviços de Regadio e dos Recursos Naturais (DSRRN)

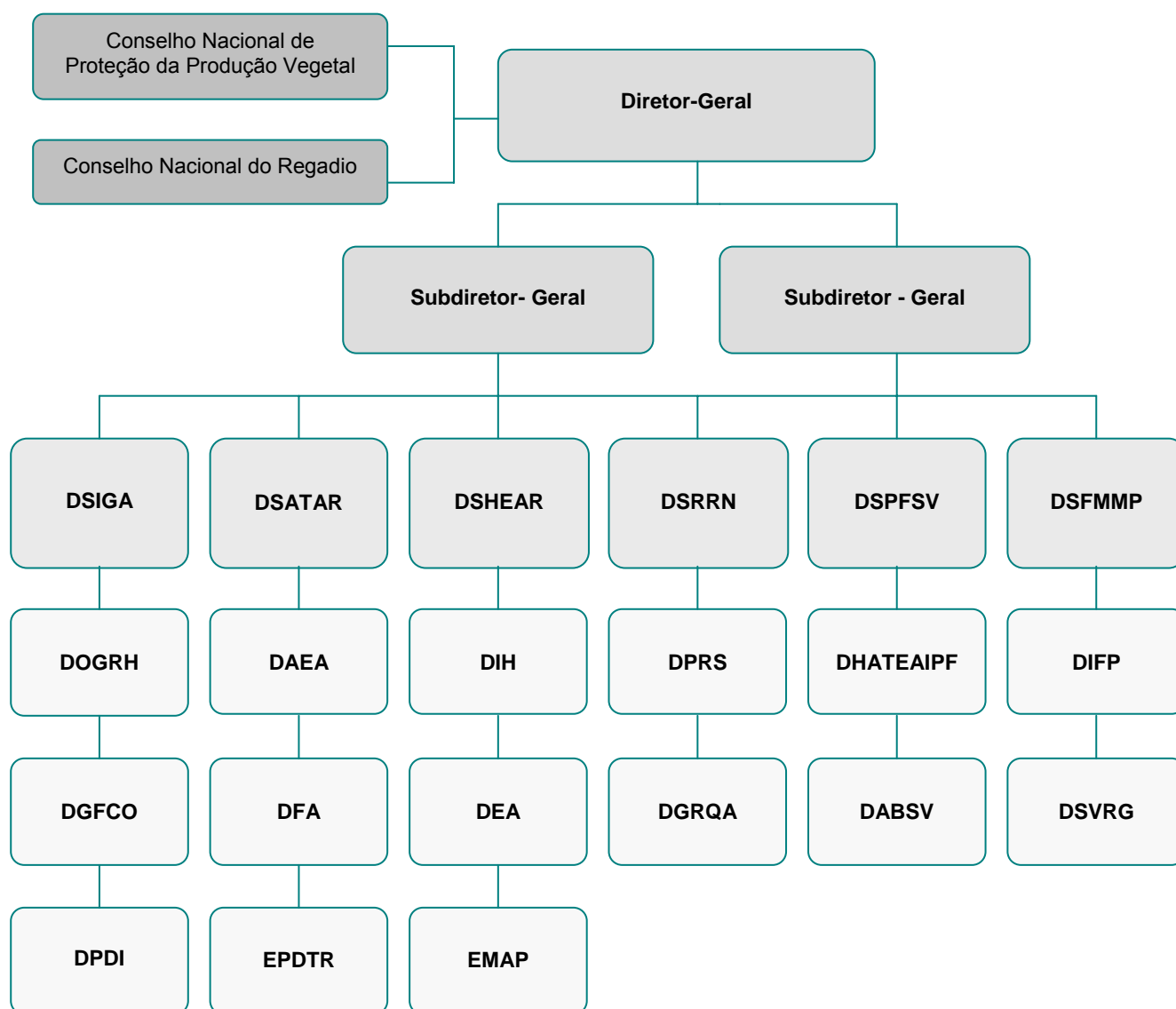
- Divisão de Planeamento do Regadio e dos Solos (DPRS)
- Divisão de Gestão do Regadio e da Qualidade da Água (DGRQA)

Direção de Serviços de Produtos Fitofarmacêuticos e de Sanidade Vegetal (DSPFSV)

- Divisão de Homologação e de Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade de Produtos Fitofarmacêuticos (DHATEAIPF)
- Divisão de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal (DABSV)

Direção de Serviços da Fitossanidade e de Materiais de Multiplicação de Plantas (DSFMMP)

- Divisão de Inspeção Fitossanitária e Propágulos (DIFP)
- Divisão de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos (DSVRG)



RECURSOS A AFETAR

A determinação dos recursos (humanos, materiais e financeiros) é fundamental para a implementação do plano e para a definição das ações a desenvolver ao nível operacional e das medidas a tomar que possibilitem a monitorização dos resultados.

RECURSOS HUMANOS

Para assegurar a execução das suas atividades e objetivos, a DGADR planeia para o ano de 2012 um total de 295 postos de trabalho, distribuídos pelos grupos de pessoal e pelas diversas Unidades Orgânicas da seguinte forma:

	DIREÇÃO	DSIGA	DSATAR	DSHEAR	DSRRN	DSPFSV	DSFMMP	TOTAL
DIREÇÃO SUPERIOR	3	0	0	0	0	0	0	3
DIREÇÃO INTERMÉDIA	0	4	4	4	3	3	3	21
TÉCNICO SUPERIOR	4	11	24	39	25	26	21	150
COORDENADOR TÉCNICO	0	2	0	0	0	0	0	2
INFORMÁTICO	0	12	1	0	2	0	0	15
ASSISTENTE TÉCNICO	3	24	7	13	8	12	16	83
ASSISTENTE OPERACIONAL	2	3	0	5	0	2	9	21
TOTAL	12	56	36	61	38	43	49	295

RECURSOS FINANCEIROS

	Financiamento Nacional	FEADER	Outras Fontes	TOTAL
Orçamento de Funcionamento	12.250.373			12.250.373
Receitas Gerais	6.936.605			
Receita com Transição de Saldos	5.313.768			
Projetos	11.327.167	29.271.628	21.000	40.619.795
Orçamento PIDDAC			62.715	62.715
TOTAL	23.577.540	29.271.628	83.715	52.932.883

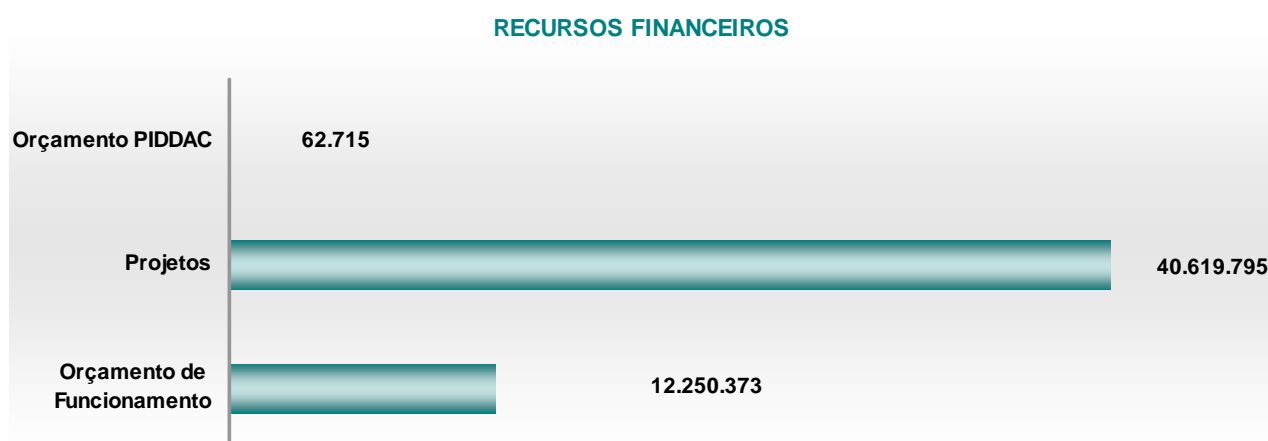
ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO		
Atividade		Montante de despesa em €
Atividade 258	Gestão Administrativa	6.936.605
Receita	Receita Própria	5.313.768
Total		12.250.373

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	
Rubrica	Dotação
Remunerações certas e permanentes	5.716.644
Abonos variáveis ou eventuais	173.263
Segurança social	1.185.885
Aquisição Bens e Serviços Correntes	4.026.656
Outras Despesas Correntes	599.149
Despesas de capital	548.776
Total	12.250.373

ORÇAMENTO PIDDAC	
Rubrica	Dotação
Aquisição Bens e Serviços Correntes	57.715
Despesas de capital	5.000
Total	62.715

PROJETOS	
Rubrica	Dotação
Remunerações certas e permanentes	196.510
Abonos variáveis ou eventuais	310.569
Segurança social	122.739
Aquisição Bens e Serviços Correntes	7.386.521
Outras Despesas Correntes	1.139.367
Despesas de capital	31.464.089
Total	40.619.795

ORÇAMENTO DE PIDDAC PARA 2011					
Programa	Medida	Projeto	Serviço	Financiamento nacional (€)	Financiamento comunitário (€)
Agricultura e Pescas	M042	7030	DSATAR	0	62.715
	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pescas – Agricultura e Pecuária	SUDOE: Viajando por Besanas			
Total				0	62.715



RECURSOS FÍSICOS E LÓGICOS

EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	
Designação	Quantidade
Computadores PC	280
Computadores portáteis	20
Impressoras laser policromáticas	26
Impressoras laser monocromáticas	9
Fotocopiadoras	11
Servidores	11
Digitalizadores	12
Impressoras multifunções	9
Data Shows	3

COMUNICAÇÕES	
Designação	Quantidade
Modem	8
Switch	16
UPS	3
Centrais telefónicas	3
Faxes	2

SUPORTES LÓGICOS APLICACIONAIS		
Designação	Sistema Operativo	Software
Contabilidade SIC	Windows	Oracle (Residente na SG MAMAOT)
Registo de assiduidade	Windows	SQL em Windows
SRH	Windows	Oracle (Residente na SG MAMAOT)
Homebanking	Windows	Residente no IGCP
Faturação	Windows	Oracle em AIX
Gestão de dívidas a cobrar	Windows	Oracle em AIX
Gestão QCA	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento QCA	Windows	Oracle em AIX
Registo de ajustes diretos	(ambiente web)	SQL em Windows
Gestão de contratos	Windows	Oracle em AIX
Gestão de protocolos	(ambiente web)	SQL em Windows
Docbase – Gestão de biblioteca	Windows	
Gestão de candidaturas ao cartão de artesão	Windows	Oracle em AIX
Acompanhamento de Empreitadas	Windows	Oracle em AIX
Gestão e acompanhamento do Benefício Fiscal ao Gasóleo	Windows	Oracle em AIX
Fiscalização da execução do Benefício Fiscal ao Gasóleo	(ambiente web)	Oracle em AIX
Benefício Fiscal ao Gasóleo – Petrogal	Windows	Residente na Petrogal
Portal de Serviços da SIBS	(ambiente web)	Residente na SIBS
SIAG – Património	Windows	4D
Gesparque – Gestão do parque informático	Windows	
Registo de Juntas de Agricultores	Windows	Oracle em AIX
Infinet – Controlo fitossanitário	(ambiente web)	
Serviço Nacional de Avisos Agrícolas	(ambiente web)	
DATAVAR – Certificação de variedades hortícolas	(ambiente web)	Oracle em Windows
Acreditação de técnicos em modo de proteção integrada, produção integrada e modo de produção biológico	(ambiente web)	MS Access
Base de dados de semente biológica disponível em Portugal	(ambiente web)	MS Access
Monitorização de consumo de papel em impressoras de rede	(ambiente web)	Oracle - Aix
Bolsa de iniciativas da RRN	(ambiente web)	MS Access
Candidaturas PRRN	(ambiente web)	MS Access
SIR	(ambiente web)	SQL Server

ANÁLISE DO PLANO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

O Plano de Atividades da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural estrutura-se em 3 Objetivos Estratégicos, para os quais contribuem 10 Objetivos Operacionais.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE):

- OE1 Melhorar a competitividade e sustentabilidade do setor agrícola e dos territórios rurais;
- OE2 Aumentar o grau de satisfação dos clientes;
- OE3 Otimizar a gestão dos recursos humanos e materiais.

OBJETIVOS OPERACIONAIS (OO):

No âmbito da eficácia

- OO1 Definir Modelo de operacionalização da Bolsa de Terras
- OO2 Propor Novo Regime Jurídico das obras de Aproveitamento Hidroagrícola
- OO3 Aumentar a área de regadio coletiva pública
- OO4 Definir o regime da pequena produção de base local
- OO5 Dar enquadramento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2010, no que respeita à modernização dos serviços por via da qualificação dos recursos humanos

No âmbito da eficiência

- OO6 Elaborar o relatório final dos estudos para validação do tratamento térmico de casca de coníferas
- OO7 Reduzir o prazo médio de recebimentos

No âmbito da qualidade

- OO8 Intervir na segurança das barragens
- OO9 Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e de videira
- OO10 Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO *

	Objetivos Operacionais	Indicadores	Metas
Eficácia	Definir Modelo de operacionalização da Bolsa de Terras	Data de apresentação de proposta de legislação	15-abr <=> 106 dias
	Propor Novo Regime Jurídico das obras de Aproveitamento Hidroagrícola	Data de apresentação de proposta de diploma legal	15-dez <=> 350 dias
	Aumentar a área de regadio coletiva pública	Nova área (em hectares) em obra	1133
	Definir o regime da pequena produção de base local	Data de apresentação de diagnóstico da situação atual	15-set <=> 259 dias
		Data de apresentação de proposta, à tutela, de alteração da regulamentação de enquadramento	15-dez <=> 350 dias
	Dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2010, no que respeita à modernização dos serviços por via da qualificação dos recursos humanos	Taxa de colaboradores com formação no ano de 2012	[20%-30%]
Eficiência	Elaborar o relatório final dos estudos para validação do tratamento térmico de casca de coníferas	Data de apresentação do relatório final	15-dez <=> 350 dias
	Reduzir o prazo médio de recebimentos	N.º de dias de redução do prazo médio	3
	Intervir na segurança das barragens	N.º de intervenções	2
		N.º de Planos de Segurança	2
	Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e de videira	Data de apresentação de proposta de revisão do DL n.º 329/2007 (materiais de multiplicação de fruteiras)	15-nov <=> 320 dias
		Data de apresentação de proposta de revisão do DL n.º 194/2006 (materiais de multiplicação de videira)	15-set <=> 259 dias
	Promover a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos	Data de apresentação do Plano de Ação Nacional para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos	26-nov <=> 331 dias

*(enviado para aprovação)

DIREÇÃO SUPERIOR – CARACTERIZAÇÃO

DIREÇÃO SUPERIOR

CARACTERIZAÇÃO

A DGADR é dirigida por um Diretor-Geral, coadjuvado por dois subdiretores gerais, sendo que o primeiro exerce as competências que lhe forem conferidas por lei ou nele delegadas ou subdelegadas e os outros exercem as competências que lhes sejam delegadas ou subdelegadas pelo Diretor-Geral, devendo este identificar a quem compete substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

RECURSOS HUMANOS

DIREÇÃO	DIRETOR-GERAL	1
	SUBDIRETOR GERAL	2
	TÉCNICO SUPERIOR	3
	ASSISTENTE TÉCNICO	3
	ASSISTENTE OPERACIONAL	2
		11

OBJETIVOS E ATIVIDADES DAS UNIDADES ORGÂNICAS

I – INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA), dispõe de três unidades flexíveis, nomeadamente, Divisão de Organização e Gestão de Recursos Humanos (DOGRH), Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO) e Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI). Apresenta como principais competências assegurar:

- ♦ A organização e gestão dos recursos humanos;
- ♦ A gestão patrimonial, financeira e o controlo orçamental;
- ♦ A gestão dos recursos e meios informáticos e das infraestruturas das redes e comunicações de dados;
- ♦ O planeamento, acompanhamento, controlo e avaliação das atividades desenvolvidas;
- ♦ O tratamento, disponibilização e divulgação de informação.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
I	Coordenação das áreas de Informação, Gestão de Recursos Humanos e Financeiros, Planeamento e Informática;	DSIGA
I.1	Desenvolver as ações necessárias à organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos e respetivo cadastro assim como no que se refere à sua formação e aperfeiçoamento profissional;	DSIGA/DOGRH
I.2	Organizar e aplicar um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente;	DSIGA/DOGRH
I.3	Promover e assegurar a realização de ações referentes à racionalização, simplificação e modernização de circuitos administrativos e suportes de informação;	DSIGA/DOGRH
I.4	Dinamizar a aplicação de normas e procedimentos de modernização técnica e administrativa com recurso às novas tecnologias;	DSIGA/DOGRH
I.5	Preparar os projetos de orçamento de receitas gerais, receitas próprias, projetos cofinanciados e PIDDAC, assegurar o planeamento, execução, gestão e controlo orçamental. Elaborar relatórios financeiros para apoio à gestão; garantir um adequado sistema de controlo interno;	DSIGA/DGFCO
I.6	Assegurar que os documentos de prestação de contas e a elaboração da conta de gerência cumprem os princípios de legalidade, regularidade, consistência, integralidade e fiabilidade dos registos e que as demonstrações financeiras refletem uma visão verdadeira e apropriada;	DSIGA/DGFCO
I.7	Garantir as funções inerentes à prestação de serviços, emissão de faturação, Registo de clientes e recebimentos, controlo da dívida de clientes e de processos de cobrança coerciva. Cumprimento das obrigações fiscais inerentes às vendas;	DSIGA/DGFCO

I.8	Assegurar a legalidade e regularidade das operações das receitas cobradas e das despesas efetuadas, a fiabilidade, integralidade e exatidão dos registos contabilísticos e garantir a organização e controlo do arquivo dos respetivos documentos referentes ao orçamento de receitas gerais e receitas próprias;	DSIGA/DGFCO
I.9	Assegurar a legalidade e regularidade das operações das receitas cobradas e das despesas efetuadas, a fiabilidade, integralidade e exatidão dos registos contabilísticos e garantir a organização e controlo do arquivo dos respetivos documentos referente a projetos cofinanciados PRODER, PRRN, POPH e PIDDAC;	DSIGA/DGFCO
I.10	Assegurar a função tesouraria, gestão adequada das disponibilidades e da emissão de meios de pagamento e fundo de maneo. Garantir a gestão dos fluxos financeiros;	DSIGA/DGFCO
I.11	Proceder à elaboração de procedimentos de aquisição de bens e serviços, garantir a guarda dos ativos através da organização, identificação e atualização do inventário e do cadastro de bens de acordo com o CIBE e da frota automóvel da DGADR nos termos do CIVE;	DSIGA/DGFCO
I.12	Assegurar a gestão e manutenção das instalações e garantir uma adequada gestão das existências;	DSIGA/DPDI
I.13	Assegurar a gestão do serviço de documentação, atividade editorial e divulgação de informação;	DSIGA/DPDI
I.14	Promover a aquisição e conservação dos meios informáticos e garantir a manutenção de um cadastro atualizado dos mesmos;	DSIGA/DPDI
I.15	Assegurar a gestão dos recursos e meios informáticos e garantir a funcionalidade, a eficácia e a segurança das aplicações informáticas e das infraestruturas das redes de comunicação de dados;	DSIGA/DPDI
I.16	Conceber estruturar e organizar a informação da internet e intranet, garantindo o respetivo desenvolvimento, manutenção e atualização permanente;	DSIGA/DPDI
I.17	Proceder à elaboração dos planos anuais e plurianuais de atividades, implementar um sistema de acompanhamento e controlo da sua execução e preparar o respetivo relatório anual, recolher, organizar e divulgar a informação estatística obtida a partir dos procedimentos e atividades da Direção-Geral;	DSIGA/DPDI
I.17	Programar, preparar e executar as ações de informação e relações públicas.	DSIGA/DPDI

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Otimizar a gestão financeira								
OO 1	Reduzir o prazo médio de recebimentos								I.7
Indicador 1	Número de dias de redução do prazo médio	Peso:	3	S	>3				
		100%		A	3				
				NA	<3				
Iniciativas / Ações	Sistematizar a emissão de ofícios de insistência								
	Enviar às Unidades Orgânicas (área técnica), listagem de devedores para agirem junto do cliente								

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	Solicitar débitos vencidos sempre que se emite nova fatura							
OO 2	Melhorar a informação para gestão							I.8 / I.9
Indicador 1	Data de entrega do relatório trimestral (abril, julho, outubro e janeiro)	Peso:	17	S	<15			
		50%		A	[15-20]			
				NA	>20			
Indicador 2	Data de entrega do relatório mensal GeRFiP	Peso:	17	S	<15			
		50%		A	[15-20]			
				NA	>20			
Iniciativas / Ações	Sistematizar a emissão de relatórios disponíveis no sistema de gestão de recursos financeiros partilhada (GeRFiP)							
	Análise trimestral dos principais rácios financeiros e situações críticas							
	Elaborar relatório para apoio à gestão							
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Implementar o plano de formação							I.5 a I.11
Indicador 1	Taxa de ações frequentadas	Peso:	75%	S	>80%			
		100%		A	[70%-80%]			
				NA	<70%			
	Implementar as ações de formação enquadradas no plano de formação da DGADR e de acordo com o levantamento de necessidades							
OO 2	Envolver e alinhar os colaboradores com a estratégia							I.5 a I.11
Indicador 1	Taxa de realização de reuniões num planeamento de 12	Peso:	80%	S	>85%			
		100%		A	[75%-85%]			
				NA	<75%			
Iniciativas / Ações	Efetuar reuniões, para análise dos resultados e correção de desvios, após divulgação de resultados dos objetivos do Plano de Atividades							
	Envolver os colaboradores nos objetivos estratégicos da Divisão							
	Partilhar soluções, responsabilidades, potenciar competências e conhecimento							
OE	Incentivar a utilização das TIC							
OO 1	Implementar a utilização web do sistema de ponto por parte dos trabalhadores da DGADR							I.1
Indicador 1	Taxa de utilização do sistema para efeitos de consulta nas diversas unidades orgânicas	Peso:	75%	S	>99%			
		100%		A	[50%-99%]			
				NA	<50%			
Iniciativas / Ações	Divulgação do manual de utilização							
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa ótica integrada							
OO 1	Promover a utilização GeRFiP (Workflow) em todas as Unidades Orgânicas (UO)							I.8 / I.9

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 1	Data de utilização	Peso:	23-mar	S	<15-mar			
		100%		A	[15-30 mar]			
		NA		>30-mar				
Iniciativas / Ações	Formar equipas das Unidades Orgânicas (UO) para utilização GeRFiP							
	Registar pedido de aquisição de Bens e Serviços (PABS) no sistema							
	Registar a Aquisição de Bens e Serviços (ABS) no sistema							
OO 2	Garantir a atualização do inventário de bens móveis da DGADR							I.8 / I.10
Indicador 1	Data de conclusão de todas as ações	Peso:	23-dez	S	<15-dez			
		100%		A	[15-30 dez]			
		NA		>30-dez				
Iniciativas / Ações	Elaborar manual de procedimentos do inventário de bens móveis							
	Entregar a relação de bens afetos a cada sala, para assinatura e responsabilização							
	Promover a etiquetagem dos bens inventariados							
OO 3	Melhorar a comunicação interna							I.8
Indicador 1	Número procedimentos divulgados	Peso:	4	S	>4			
		100%		A	4			
		NA		<4				
Iniciativas / Ações	Divulgar na Intranet os procedimentos existentes na Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental (DGFCO)							
	Disponibilizar na intranet modelos normalizados							
OO 4	Reorganizar os processos de cadastro dos trabalhadores da DGADR							I.1
Indicador 1	Taxa de processos reorganizados a 31 de dezembro	Peso:	50%	S	>75%			
		100%		A	[25%-75%]			
		NA		<25%%				
Iniciativas / Ações	Preparar processo-modelo							
	Definir regras para a organização dos processos							
	Definir metodologia para a sua utilização							
	Proceder à reorganização dos processos							
OO 5	Implementar um sistema de registo de pedidos de informação através da linha azul							I.17
Indicador 1	Data de implementação do sistema de registo	Peso:	15-set	S	<1-set			
		100%		A	[1-30 set]			
		NA		>31-set				
Iniciativas / Ações	Atualização dos interlocutores na lista de contactos							
	Reformulação do sistema de registo							

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OO 6	Implementar uma ferramenta de gestão e monitorização dos recursos TIC na rede da DGADR							I.13
Indicador 1	Data de implementação	Peso: 50%	10-nov	S	<1-nov			
				A	[1-23 nov]			
				NA	>23-nov			
Indicador 2	Data de implementação do portal do apoio informático	Peso: 50%	20-dez	S	<10-dez			
				A	[10-31 dez]			
				NA	>31-dez			
Iniciativas / Ações	Instalação da aplicação e configuração							
	Configuração de postos de trabalho							
	Recolha de dados e monitorização							
OO 7	Implementar uma política de utilização de software livre em ambiente de interoperabilidade na DGADR							I.14
Indicador 1	Data de apresentação do plano de atuação	Peso: 50%	8-jul	S	<29-jun			
				A	[29-jun - 15-jul]			
				NA	>15-jul			
Indicador 2	Data de implementação do piloto da 1ª fase do plano	Peso: 50%	20-dez	S	<10-dez			
				A	[10-31 dez]			
				NA	>31-dez			
Iniciativas / Ações	Definir a abrangência da atuação e produtos e equipamentos a utilizar							
	Instalação, configuração e testes							
	Implementação do piloto da 1ª fase do plano							
OO 8	Promover a responsabilidade ambiental e a redução dos encargos com impressão							I.14
Indicador 1	Data da disponibilização na Intranet	Peso: 100%	15-dez	S	<1-dez			
				A	[1-31 dez]			
				NA	>31-dez			
Iniciativas / Ações	Adaptação do site para informação de vários anos							
	Associação dos encargos financeiros aos consumos de papel e consumíveis de impressão							
	Análise de dados ao nível das unidades orgânicas							
OE	Reduzir os circuitos processuais							
OO 1	Desmaterializar processos de pedidos de aquisição interna e externa							I.5 / I.11
Indicador 1	Número de processos desmaterializados	Peso: 100%	4	S	>5			
				A	[3-5]			
				NA	<3			

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Iniciativas / Ações	Identificar processos prioritários							
	Propor normalização de circuito simplificado							
	Divulgar via correio eletrónico ou na intranet							
OO 2	Agilizar processos FEADER							I.8 / I.9
Indicador 1	Data entrega proposta	Peso:	23-abr	S	<15-abr			
		50%		A	[15-30 abr]			
		NA		>30-abr				
Indicador 2	Data de recuperação carregamentos IVA	Peso:	23-jun	S	<15-jun			
		50%		A	[15-30 jun]			
		NA		>30-jun				
Iniciativas / Ações	Elaborar proposta de automatização de dados para os Pedidos de Pagamento (PP's)							
	Envolver os parceiros externos, Autoridade de Gestão (AG) e Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) no processo de melhoria							
	Carregar no sistema IDIGITAL os pedidos de pagamento dos projetos IVA							
OO 3	Melhorar os fluxos informacionais entre DOGRH e DPDI no âmbito da atualização da lista telefónica (Intranet)							I.16
Indicador 1	Data de operacionalização do fluxo informacional	Peso:	15-set	S	<1-set			
		100%		A	[1-30 set]			
		NA		>30-set				
Iniciativas / Ações	Definição do fluxo informacional							
	Operacionalização do fluxo							
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Melhorar o controlo interno							I.5 / I.11
Indicador 1	Número processos de despesa ou receita auditados	Peso:	4	S	>5			
		50%		A	[3-5]			
		NA		<3				
Indicador 2	Taxa de recomendações implementadas	Peso:	95%	S	100%			
		50%		A	[90%-99%]			
		NA		<90%				
Iniciativas / Ações	Auditar processos de despesa ou receita no âmbito do Sistema Controlo Interno (SCI)							
	Implementar as recomendações propostas em auditorias							
	Elaborar e aplicar o manual de procedimentos GerFiP							
OO 2	Desenvolver e implementar o novo site da DGADR							I.15
Indicador 1	Data de aprovação do novo design e layout	Peso:	6-jul	S	<29-Jun			
		50%		A	[29-jun - 15-jul]			
		NA		>15-jul				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 2	Data de disponibilização on-line	Peso:	16-dez	S	<30-nov			
		50%		A	[30-nov - 3dez]			
				NA	>31-dez			
Iniciativas / Ações	Criar design e layout e definir estrutura							
	Desenvolver o site e transferir/adicionar informação e testar							
	Alojar o site no servidor externo da DGADR, alterar DNS, implementar o Google Analytics							
OO 3	Reformular a área de divulgação editorial na Mediateca no sítio da DGADR							I.12 / I.15
Indicador 1	Data de implementação do novo modelo da atividade editorial	Peso:	20-dez	S	<15-dez			
		100%		A	[15-31 dez]			
				NA	>31-dez			
Iniciativas / Ações	Elaboração de estudo do tipo de informação a disponibilizar e a sua forma							
	Disponibilização <i>on-line</i> do novo modelo							
OO 4	Criar a estrutura base para a futura versão 2.0 do SIR							I.14
Indicador 1	Data de estruturação e preenchimento da base de dados	Peso:	16-dez	S	<3-nov			
		70%		A	[30-nov - 3-dez]			
				NA	>31-dez			
Indicador 2	Data de testes do backoffice	Peso:	16-dez	S	<3-nov			
		30%		A	[30-nov - 3-dez]			
				NA	>31-dez			
Iniciativas / Ações	Análise das várias estruturas de dados e desenho da nova estrutura							
	Criar nova estrutura de base de dados e scripts de transferência de dados							
	Desenvolver o backoffice sobre a nova estrutura							
OO 5	Disponibilizar o site do Benefício Fiscal ao Gasóleo, de acesso reservado, às DRAP's							I.14
Indicador 1	Data de entrada em produção da DRAP piloto	Peso:	15-out	S	<1-out			
		50%		A	[1-30 out]			
				NA	>30-out			
Indicador 2	Data de alargamento a todas as DRAP's	Peso:	15-dez	S	<1-dez			
		50 %		A	[1-31 dez]			
				NA	<31-dez			
Iniciativas / Ações	Elaborar design e layout geral para as DRAP's							
	Elaborar as páginas e respetivas queries e funcionalidades							
	Testar corrigir e implementar							

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
OO 6	Melhorar a sinalética das salas e do edifício da DGADR							I.17	
Indicador 1	Data de apresentação de proposta	Peso: 50%	15-set	S	<1-set				
				A	[1-30 set]				
				NA	>30-set				
Indicador 2	Implementação da sinalética	Peso: 50%	15-dez	S	<1-dez				
				A	[1-31 dez]				
				NA	<31-dez				
Iniciativas / Ações	Levantamento das salas da DGADR e identificação das unidades orgânicas e ocupantes								
	Elaboração de proposta								
	Implementação da sinalética								
OO 7	Reorganizar o espaço da área de Documentação							I.12	
Indicador 1	Data de reorganização do novo espaço	Peso: 100%	15-out	S	<1-out				
				A	[1-31 out]				
				NA	>31-out				
Iniciativas / Ações	Estudo do espaço para adaptação de duas vertentes: atividade editorial e biblioteca								
	Organização do espaço com as vertentes exposição/venda da atividade editorial e sala de consulta/leitura da área de biblioteca								

OBJETIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Reduzir o prazo médio de recebimentos	GeRFIP
Melhorar a informação para gestão	Relatórios trimestrais e relatórios mensais GeRFIP
Implementar do plano de formação	Balanço Social
Envolver e alinhar os colaboradores com a estratégia	Plano de Atividades
Implementar a utilização web do sistema de ponto por parte dos trabalhadores da DGADR	Utilização do sistema de relógio de ponto para consulta
Promover a utilização GeRFIP (Workflow) em todas as Unidades Orgânicas (UO)	GeRFIP
Garantir a atualização do inventário de Bens Móveis da DGADR	GeRFIP
Melhorar a comunicação interna	Intranet
Reorganizar os processos de cadastro dos trabalhadores da DGADR	Área de processos de cadastro reorganizada
Implementar um sistema de registo de pedidos de informação através da linha azul	Sistema implementado
Implementar uma ferramenta de gestão e monitorização dos recursos TIC na rede da DGADR	Acesso da DPDI a todo o inventário da infraestrutura de rede

OBJETIVOS (cont.)	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Implementar uma política de utilização de software livre em ambiente de interoperabilidade na DGADR	Piloto a utilizar as funcionalidades previstas em plano com recurso a software livre
Promover a responsabilidade ambiental e a redução dos encargos com impressão	Disponibilização da informação na Intranet
Desmaterializar de processos de pedidos de aquisição interna e externa	GeRFIP e Intranet
Agilizar os processos FEADER	Relatório e IDIGITAL
Melhorar os fluxos informacionais entre DOGRH e DPDI no âmbito da atualização da lista telefónica (Intranet)	Procedimento operacionalizado
Melhorar o controlo interno	Auditorias externas e controlo interno
Desenvolver e implementar o novo site da DGADR	Site on-line
Reformular a área de divulgação editorial na Mediateca no sítio da DGADR	Modelo implementado
Criar a estrutura base para a futura versão 2.0 do SIR	Base de dados e backoffice com testes efetuados
Disponibilizar o site do Benefício Fiscal ao Gasóleo, de acesso reservado, às DRAP's	Sites on-line
Melhorar a sinalética das salas e do edifício da DGADR	Nova sinalética implementada
Reorganizar o espaço da área de Documentação	Novo espaço reorganizado

BENS MATERIAIS

	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
DSIGA	4 Scanners	
	Multifunções	
	Circuito dedicado (Net)	
	Sistema ótico de leitura (cadastro de bens)	

II - AGRICULTURA, TERRITÓRIOS E AGENTES RURAIS

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- ✦ Propor medidas adequadas à sustentabilidade das explorações agrícolas e fomentar e apoiar a melhoria da gestão, a reconversão e a diversificação de atividades nas mesmas;
- ✦ Propor e participar na preparação de medidas legislativas relativas à atividade e às explorações agrícolas, designadamente nos domínios do registo, licenciamento, arrendamento e fiscalidade;
- ✦ Promover e acompanhar a aplicação de boas práticas agrícolas e ambientais;
- ✦ Promover ações de ordenamento fundiário, assim como a execução de operações de emparcelamento e de redimensionamento da propriedade rústica ou das explorações agrícolas;
- ✦ Estudar e propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política relativas às infraestruturas de suporte ao desenvolvimento agrícola e rural;
- ✦ Promover e colaborar na conceção e desenvolvimento de ações de revitalização do tecido económico rural, em especial no âmbito da criação de infraestruturas básicas de apoio às atividades produtivas e de serviços de apoio técnico ao desenvolvimento, da diversificação das atividades produtivas e da instalação, consolidação e viabilização dos serviços essenciais à população rural;
- ✦ Incentivar e apoiar a qualificação das zonas rurais através da conceção e desenvolvimento de ações de preservação e valorização do património edificado, cultural e paisagístico e da promoção e marketing das amenidades rurais;
- ✦ Propor as linhas de orientação estratégica e as medidas de política para a formação profissional no âmbito das atribuições da DGADR e para o associativismo agrícola e rural, bem como promover, coordenar, acompanhar e avaliar a respetiva implementação;
- ✦ Operacionalizar e acompanhar a implementação das medidas de política relativas ao aconselhamento agrícola;
- ✦ Estudar e propor medidas no domínio das organizações de produtores e demais organizações de natureza associativa promotoras e concretizadoras de atividades no âmbito do desenvolvimento rural;
- ✦ Propor e participar na elaboração de instrumentos e medidas de política relativas ao trabalho e à proteção social dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas, bem como promover a melhoria das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
II	Coordenação das áreas de Apoio às Explorações Agrícolas, Formação e Associativismo e Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais	DSATAR
II.1	Estruturação das explorações agrícolas e enquadramento social dos agentes da atividade agrícola	DSATAR/DAEA
II.2	Dinamização da dimensão ambiental nas explorações agrícolas	DSATAR/DAEA
II.3	Melhoria da qualificação dos agentes rurais e promoção da regulamentação do setor agroalimentar	DSATAR/DFA
II.4	Organização do associativismo agrícola e rural e orientação para a competitividade	DSATAR/DFA
II.5	Incentivar a elaboração de projetos de intervenção no espaço rural no âmbito do turismo rural, criação de microempresas e de serviços de apoio à população rural	DSATAR/EPDTR

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências								
OO 1	Promover a Aquisição de novas competências							II.1 / II.2 / II.3 II.5 / II.6	
Indicador 1	Taxa de ações executadas relativamente às aprovadas	Peso:	80%	S	>90%				
		A		[70%-90%]					
		NA		<70%					
Indicador 2	Valor médio da classificação atribuída na avaliação de reação efetuada pelos formandos	Peso:	55%	S	>60%				
		A		[50%-60%]					
		NA		<50					
Indicador 3	Taxa de colaboradores da DSATAR que participaram em parcerias	Peso:	20%	S	>25%				
		A		[15%-25%]					
		NA		<15%					
Indicador 4	Taxa de colaboradores da DSATAR que participaram em ações de formação	Peso:	30%	S	>35%				
		A		[25%-35%]					
		NA		<25%					
Indicador 5	Apresentação do Plano de Formação para o ano de 2013	Peso:	30-out	S	<15-out				
		A		[15-out-15-nov]					
		NA		>15-nov					
Iniciativas / Ações	Realização da formação e acompanhamento da intervenção formativa								
	Avaliação da intervenção formativa em diferentes níveis, quanto a processos e resultados								
	Participação dos recursos humanos da DSATAR em parcerias no âmbito de projetos aprovados pela Direção								
	Participação dos recursos humanos da DSATAR em ações de formação								
	Levantamento e diagnóstico de necessidades de formação e conceção da intervenção formativa do ano de 2013								
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências								
OO 1	Organizar fóruns de discussão para os agentes em áreas estratégicas da sua intervenção							II.1 / II.2 / II.3 II.5 / II.6	
Indicador 1	Numero de reuniões técnicas	Peso:	4	S	>5				
		A		[3-5]					
		NA		<3					
Indicador 2	Número de reuniões realizadas no âmbito do SAA	Peso:	2	S	>3				
		A		[1-3]					
		NA		<1					
Iniciativas / Ações	Organização e promoção de reuniões técnicas de discussão de temáticas de interesse para o desenvolvimento rural								

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
	Organização e promoção de reuniões de discussão de intercâmbio de conhecimento com as entidades que prestam serviços de aconselhamento agrícola a agricultores								
OO 2	Promover a qualificação profissional do setor agrícola							II.3	
Indicador 1	Data ajustada com a ANQ para a conclusão dos trabalhos da iniciativa 1	Peso: 30%	15-mai	S	<9-mai				
				A	[9-18 mai]				
				NA	>18-mai				
Indicador 2	Prazo acordado com ANQ de execução da iniciativa 2	Peso: 30%	90 dias	S	<90				
				A	90				
				NA	>90				
Indicador 3	Percentagem de pareceres de processos entrados até 16 de novembro, corretamente instruídos, sobre reconhecimento/homologação de entidades; cursos; ações; certificados	Peso: 40%	80%	S	>90%				
				A	[70%-90%]				
				NA	<70%				
Iniciativas / Ações	Reformulação do perfil profissional e do referencial de formação de Técnico(a) de Produção Agrária em articulação com a ANQ, para integração no CNQ								
	Conceção de instrumentos no âmbito do reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais para o referencial de formação de Técnico(a) de Produção Agropecuária, em articulação com a ANQ								
	Análise para verificação de cumprimento de requisitos legais e emissão de parecer								
OO 3	Assegurar a realização de ações de formação aos clientes da DGADR							II.3	
Indicador 1	Prazo de apresentação do Plano de Formação externa de 2013	Peso: 50%	30-out	S	<15-out				
				A	[15-out -15-nov]				
				NA	>15 nov				
Indicador 2	Taxa de ações executadas (N.º ações executadas / n.º ações aprovadas * 100)	Peso: 50%	80%	S	>90%				
				A	[70%-90%]				
				NA	<70				
Iniciativas / Ações	Identificação de necessidades de formação externas no âmbito da DGADR e conceção do plano de formação para 2013								
	Preparação, Execução e avaliação de ações de formação para o ano de 2012								
OE	Melhorar os sistemas de gestão da informação numa ótica integrada								
OO 1	Assegurar a atualização das bases de dados centralizadas na DSATAR							II.1 / II.2 / II.4 / II.5 / II.6	
Indicador 1	Prazo para reativação da base de dados do artesanato	Peso: 20%	30-abr	S	<30-mar				
				A	[30-mar-30-mai]				
				NA	>30-mai				
Indicador 2	Tempo médio de atualização da base de dados do artesanato	Peso: 20%	10 dias úteis	S	<8				
				A	[8-12]				
				NA	>12				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
Indicador 3	Tempo médio de atualização da base de dados sobre turismo rural	Peso:	7 dias úteis	S	<6				
		20%		A	[6-8]				
		NA		>8					
Indicador 4	Tempo médio de atualização da base de dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola	Peso:	4 dias úteis	S	<3				
		20%		A	[3-5]				
		NA		>5					
Indicador 5	Tempo médio de atualização da base de dados do Associativismo Agrícola	Peso:	5 dias úteis	S	<4				
		20%		A	[4-6]				
		NA		>6					
Iniciativas / Ações	Reativação da Base de Dados do Artesanato								
	Atualização da Base de Dados do Artesanato								
	Dinamização da Base de Dados sobre o Turismo Rural								
	Atualização da Base de Dados do Sistema de Aconselhamento Agrícola								
	Atualização da base de dados do Associativismo Agrícola								
OO 2	Estruturar a base de dados de apoio ao Banco de Terras							II.1	
Indicador 1	Data de apresentação da definição da estrutura e conteúdos	Peso:	30-abr	S	<1-abr				
		70%		A	[1-abr - 31-mai]				
		NA		>31-mai					
Indicador 2	Data de conclusão do preenchimento dos campos	Peso:	15-dez	S	<1-dez				
		30%		A	[1-31 dez]				
		NA		>31-dez					
Iniciativas / Ações	Elaboração da estrutura SIG da base de dados de apoio ao Banco de Terras								
	Preenchimento dos campos com ligação SIG								
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente								
OO 1	Disponibilizar informação para incentivar o desenvolvimento socioeconómico e ambiental das zonas rurais							II.2 / II.5	
Indicador 1	Número de consultas efetuadas pelos clientes	Peso:	2.000	S	>2.200				
		50%		A	[1.800 - 2.200]				
		NA		<1.800					
Indicador 2	Tempo médio de atualização da base de dados de técnicos reconhecidos em PI, PRODI e MPB	Peso:	7 dias úteis	S	<5				
		50%		A	[5-10]				
		NA		>10					
Iniciativas / Ações	Manter Atualizado o “Guia de apoio à criação de micro empresas”								
	Divulgar o reconhecimento dos técnicos que promovam práticas de produção sustentável junto dos agricultores								

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Incentivar o empreendedorismo, a inovação, a dinamização e diversificação de atividades para a revitalização económica das zonas rurais							II.5 / II.6
Indicador 1	Número de grupos de trabalho / projetos	Peso:	2	S	>2			
		40%		A	2			
		NA		<2				
Indicador 2	Prazo de resposta à análise das candidaturas de TER	Peso:	5 dias úteis	S	<4			
		30%		A	[4-6]			
		NA		>6				
Indicador 3	Prazo de resposta à análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal	Peso:	4 dias úteis	S	<3			
		30%		A	[3-5]			
		NA		>5				
Iniciativas / Ações	Integrar/promover grupos de trabalho temáticos / projetos com vista ao desenvolvimento sustentado dos territórios rurais							
	Análise das candidaturas a empreendimentos de TER e emissão de pareceres							
	Análise de candidaturas ao estatuto de artesão e de unidade produtiva artesanal e emissão de pareceres							
OO 2	Acompanhar o regime de Estruturação Fundiária							II.1
Indicador 1	Tempo máximo de resposta aos pedidos de emissão de autos dos novos prédios resultantes da remodelação predial (emparcelamento integral) de processos totalmente instruídos.	Peso:	12 dias úteis	S	<10			
		30%		A	[10-14]			
		NA		>14				
Indicador 2	Tempo máximo de resposta aos pedidos de declaração de emparcelamento "não-integral"	Peso:	9 dias úteis	S	<7			
		30%		A	[7-11]			
		NA		>11				
Indicador 3	Data de apresentação de proposta de legislação	Peso:	15-abr	S	<31-mar			
		40%		A	[31-mar-30-abr]			
		NA		>30-abr				
Iniciativas / Ações	Dinamizar o encerramento do emparcelamento integral executado							
	Assegurar o cumprimento das obrigações declarativas da DGADR no âmbito do emparcelamento "não-integral"							
	Definir modelo de operacionalização da Bolsa de Terras							
OO 3	Promover a organização e acrescentar competitividade ao Associativismo agrícola e rural							II.4
Indicador 1	Prazo temporal para realizar o "Inventário" das Associações Agrícolas portuguesas-2012	Peso:	12-dez	S	<3-dez			
		100%		A	[3 – 21 dez]			
		NA		>21-dez				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Iniciativas / Ações	Identificação de fontes de informação							
	Levantamento, tratamento e validação de informação							
	Edição digital do Inventário							
OO 4	Integrar parcerias em projetos de cooperação transnacionais							II.1 / II.2
Indicador 1	Taxa de tarefas realizadas no projeto FACTS! (N.º de tarefas realizadas / n.º de trafas projetadas * 100)	Peso:	100%	S	*			
		A		[80%-100%]				
		NA		<80%				
Iniciativas / Ações	Participação de acordo com o calendário previsto no projeto FACTS!							
	* Desenvolvimento de tarefas não projetadas							
OO 5	Definir regime da pequena produção de base local							II.5 / II.6
Indicador 1	Prazo de apresentação de diagnóstico da situação atual	Peso:	15-set	S	<31-ago			
		A		[31-ago-30-set]				
		NA		>30-set				
Indicador 2	Prazo de apresentação de proposta à tutela de regulação de enquadramento	Peso:	15-dez	S	<30-nov			
		A		[30-nov-30-dez]				
		NA		>30-dez				
Iniciativas / Ações	Caracterizar a pequena produção de base local e a comercialização dos seus produtos assim como identificar os principais bloqueios e oportunidades							
	Elaborar proposta de regulamentação pretende efetuar o enquadramento destas atividades, de forma a promover o seu desenvolvimento							

OBJETIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Promover a Aquisição de novas competências	Registos existentes na DSATAR
Organizar fóruns de discussão para os agentes em áreas estratégicas da sua intervenção	
Promover a qualificação profissional do setor agrícola	
Assegurar a realização de ações de formação aos clientes da DGADR	
Assegurar a atualização das bases de dados centralizadas na DSATAR	
Estruturação da base de dados de apoio ao "Banco de Terras"	
Disponibilizar informação para incentivar o desenvolvimento socioeconómico e ambiental das zonas rurais	
Incentivar o empreendedorismo, a inovação, a dinamização e diversificação de atividades para a revitalização económica das zonas rurais	
Acompanhar o regime de estruturação fundiária	

OBJETIVOS (cont.)	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Promover a organização e acrescentar competitividade ao Associativismo agrícola e rural	Registos existentes na DSATAR
Integrar parcerias em projetos de cooperação transnacionais	
Definir regime da pequena produção de base local	

BENS MATERIAIS

	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
DSATAR	Multifunções (cores): Impressora, fotocopadora, scanner e fax	
DAEA		Projeto P=(EA)2 – Produção de Energias alternativas nas explorações agrícolas a) Estudo b) Organização de seminários / workshops c) Edição de material
		Projeto Guia das Explorações Agrícolas a) Organização de seminários / workshops b) Edição de material
DFA	3 computadores	Entidades formadoras/ formadores para execução do Plano de formação 2011/2012, cofinanciado pelo POPH
EPDTR		Aquisições de serviços no âmbito dos projetos do PRRN (PA's 0400090, 0400106, 0400196, 0400262, 0400323 e 0400456 (AI5-2012)): a) Contratação de peritos b) Tradução c) Edição de material d) Organização de seminários / workshops
		Estudos (a definir)

III – HIDRAULICA E ENGENHARIA AGRO-RURAL

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A DSHEAR possui as suas competências distribuídas por duas divisões e uma equipa. Possui competências ao nível do desenvolvimento de estudos, projetos, definição de normas e coordenação de empreitadas de estruturas hidráulicas de aproveitamento hidroagrícolas e demais obras associadas à distribuição de água para rega. Assegura ainda a coordenação nacional do gasóleo colorido e o funcionamento da atividade de Mecanização Agrária.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
III	Coordenação das áreas de Infraestruturas Hidráulicas, Engenharia Agro-Rural e Mecanização e Apoio a Projetos	DSHEAR
III.1	Promover/acompanhar Estudos e Projetos de estruturas hidráulicas e controlar a segurança das barragens	DSHEAR/DIH
III.2	Promover/acompanhar Estudos e Projetos de redes de rega, drenagem e caminhos (novos ou de reabilitação/modernização)	DSHEAR/DIH/EMAP
III.3	Promover os trabalhos topográficos e a recolha e preparação de elementos cartográficos e cadastrais	DSHEAR/DIH/DEAR
III.4	Coordenar os trabalhos das empreitadas da responsabilidade da Direção-Geral e assegurar a respetiva fiscalização	DSHEAR/DEAR
III.5	Promover a execução das ações de expropriação e indemnização decorrentes das obras de responsabilidade da Direção-Geral	DSHEAR/DEAR
III.6	Assegurar a coordenação nacional do gasóleo colorido e marcado	DSHEAR/EMAP
III.7	Proceder à homologação de tratores e realizar estudos sobre máquinas agrícolas e florestais	DSHEAR/EMAP

OBJETIVOS				META 2011		CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências									
OO 1	Assegurar a formação de trabalhadores da Direção de Serviços									III
Indicador 1	Número de Trabalhadores	Peso:	3	S	>3					
		A		3						
		NA		<3						
Iniciativas / Ações	Participar em cursos de formação									
OE	Reduzir os circuitos processuais									
OO 1	Melhorar o circuito de documentos e informação									III
Indicador 1	Taxa de utilização do sistema de registo de informação (n.º de utilizadores / n.º de trabalhadores *100)	Peso:	55%	S	>59%					
		A		[50%-59%]						
		NA		<50%						

OBJETIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 2	Número de dias após conhecimento da informação	Peso:	4	S	<3			
		50%		A	[3-5]			
		NA		>5				
Iniciativas / Ações	Assegurar a atualização da informação referente aos concursos públicos no sítio da DGADR							
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Aumentar a área de regadio coletiva público							III.3 / III.4 / III.5
Indicador 1	Número de hectares em obra	Peso:	1133	S	≥1133			
		100%		A	1133			
		NA		≤1133				
Iniciativas / Ações	Assegurar o acompanhamento e assistência técnica							
	Garantir o controlo financeiro das empreitadas							
	Assegurar o início da obra, através da sua consignação							
OO 2	Adequar as barragens dos Aproveitamentos Hidroagrícolas ao Regulamento de Segurança de Barragens							III.1
Indicador 1	Efetuar os procedimentos concursais com vista à elaboração de Planos de Emergência Internos e Sistema de Avisos e Alertas	Peso:	2	S	>2			
		50%		A	2			
		NA		<2				
Indicador 2	Efetuar os procedimentos concursais com vista à intervenção em barragens que necessitem de obras de adequação ao Regulamento de Segurança de Barragens (RSB)	Peso:	2	S	>2			
		50%		A	2			
		NA		<2				
Iniciativas / Ações	Abertura de procedimentos pré-contratuais, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos							
	Integrar júris de procedimentos para a formação de contratos							
	Assegurar o acompanhamento e assistência técnica							
	Garantir o controlo financeiro das empreitadas							
	Assegurar o início da obra, através da sua consignação							
OO 3	Supervisionar e controlar o bom funcionamento das Centrais Hidroelétricas e Estações Elevatórias							III.3
Indicador 1	Número de dias para efetuar visita após solicitação	Peso:	5 dias úteis	S	>8			
		50%		A	[3-8]			
		NA		<3				
Indicador 2	Número de dias para proposta de medidas corretivas	Peso:	8 dias úteis	S	<6			
		50%		A	[6-10]			
		NA		>10				
Iniciativas /	Assegurar o cumprimento dos planos de manutenção das CH e EE tuteladas pela DGADR							

OBJETIVOS				META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Ações	Promover ações de manutenção corretiva							
OO 4	Assegurar a disponibilidade dos terrenos onde serão efetuadas as diversas obras							III.5
Indicador 1	Número de acordos	Peso:	1	S	>1			
		50%		A	1			
				NA	<1			
Indicador 2	Número de indemnizações	Peso:	1	S	>1			
		50%		A	1			
				NA	<1			
Iniciativas / Ações	Celebrar acordos com os proprietários ou rendeiros							
	Desenvolver o processo de indemnizações aos proprietários ou rendeiros							
OO 5	Assegurar o funcionamento de toda a atividade de Mecanização Agrária							III.7
Indicador 1	Número de aprovações de novos modelos de tratores	Peso:	1250	S	>1500			
		30%		A	[1000-1500]			
				NA	<1000			
Indicador 2	Número de tratores inspecionados/ ensaiados	Peso:	60	S	>70			
		30%		A	[50-70]			
				NA	<50			
Indicador 3	Percentagem de normas inscritas no Plano Anual	Peso:	90%	S	>99%			
		20%		A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
Indicador 4	Taxa de participação no apoio à atividade de implementação das inspeções periódicas a pulverizadores	Peso:	90%	S	>99%			
		20%		A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
Iniciativas / Ações	Aprovar novos modelos de tratores agrícolas e florestais de rodas tendo em vista a sua homologação no âmbito do protocolo com o IMTT (ex-DGV)							
	Proceder à inspeção/ensaio de tratores agrícolas usados importados para atribuição de matrícula							
	Assegurar o cumprimento do normativo europeu, elaborando as versões nacionais de normas europeias							
	Apoiar o sistema de inspeções periódica de pulverizadores							
OO 6	Assegurar a Coordenação Nacional do Gasóleo colorido e marcado, no continente, e gasóleo com benefício fiscal, nos Açores							III.6
Indicador 1	Número de cartões de abastecimento emitidos	Peso:	4000	S	>5000			
		20%		A	[3000-5000]			
				NA	<3000			
Indicador 2	Número de relações discriminadas das transações registadas nos terminais POS	Peso:	275	S	>299			
		10%		A	[250-299]			
				NA	<250			

OBJETIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Número de relações discriminadas de abastecimentos efetuados por cartão	Peso:	85	S	>99			
		10%		A	[80-99]			
				NA	<80			
Indicador 4	Número de relatórios de controlos de consumos anómalos	Peso:	275	S	>299			
		10%		A	[200-299]			
				NA	<200			
Indicador 5	Prazo de disponibilização das estatísticas no sítio da DGADR - Continente	Peso:	53 dias	S	<46			
		10%		A	[46-60]			
				NA	>60			
Indicador 6	Número de quadros elaborados e enviados ao INE de volumes de combustível	Peso:	4	S	>4			
		20%		A	4			
				NA	<4			
Indicador 7	Número de quadros elaborados e enviados à Alfândega de Ponta Delgada	Peso:	12	S	>12			
		10%		A	12			
				NA	<12			
Indicador 8	Número de listagens enviadas à DGAIEC	Peso:	12	S	>12			
		10%		A	12			
				NA	<12			
Iniciativas / Ações	Assegurar a gestão do sistema de cartões nos abastecimentos de gasóleo colorido e marcado no continente e com benefício fiscal nos Açores							
	Colaborar com a DGAIEC e com as Alfândegas e Delegações Aduaneiras nas ações de controlo aos postos de abastecimento							
	Controlar os consumos registados nos setores agrícola e florestal em colaboração com as DRAP's							
	Proceder ao tratamento de dados estatísticos relativos aos consumos de gasóleo							
	Fornecer trimestralmente ao INE os volumes de gasóleo gastos no continente e nos Açores							
	Disponibilização mensal à Alfândega de Ponta Delgada da relação dos abastecimentos de gasóleo com benefício fiscal, discriminados por ilha, por companhia distribuidora e por atividade							
	Fornecer mensalmente à DGAIEC o volume total de gasóleo colorido e marcado consumido no continente, discriminado por companhia distribuidora e atividade.							
OO 7	Participação em Comissões Técnicas e de Acompanhamento nacionais, europeias e internacionais							III.1 / III.7
Indicador 1	Prazo para apresentação do relatório anual sobre normalização	Peso:	5 dias úteis	S	<4			
		15%		A	[4-5]			
				NA	>5			
Indicador 2	Prazo de elaboração das atas das reuniões da CCMA	Peso:	23 dias	S	<16			
		15%		A	[16-30]			
				NA	>30			
Indicador 3	Resultado qualitativo da auditoria anual realizada pelo IPQ (manutenção do estatuto)	Peso:	Favorável	S	Muito Fav.			
		20%		A	Favorável			

OBJETIVOS			META 2011	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
				NA	Não fav.			
Indicador 4	Taxa de participações em reuniões da Comissão de Segurança de Barragens	Peso: 15%	90%	S	>99%			
				A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
Indicador 5	Taxa de participações em reuniões das Comissões de Revisão do PDM	Peso: 15%	90%	S	>99%			
				A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
Indicador 6	Taxa de participações em conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional da Água e Convenção de Albufeiras (rios internacionais)	Peso: 20%	90%	S	>99%			
				A	[80%-99%]			
				NA	<80%			
Iniciativas / Ações	Acompanhar a atividade de normalização europeia e internacional de tratores e máquinas agrícolas							
	Apoiar a Comissão Consultiva de Mecanização Agrária							
	Manter o estatuto de Organismo de Normalização Setorial (ONS) para a área dos tratores agrícolas, no âmbito do protocolo de cooperação com o Instituto Português de Qualidade (IPQ)							
	Participar nas Comissões no âmbito da Segurança de Barragens							
	Participar nas Comissões de Revisão de PDM's							
	Participar nos Conselhos de Região Hidrográfica, Conselho Nacional de Água e Convenção de Albufeira (rios internacionais)							
OO 8	Acompanhar o programa PRODER							III / III.1 / III.2 / III.4
Indicador 1	Número de projetos Novos Regadios	Peso: 50%	1	S	>1			
				A	1			
				NA	<1			
Indicador 2	Número de projetos para Segurança de Barragens	Peso: 25%	2	S	>2			
				A	2			
				NA	<2			
Indicador 3	Número de projetos de Centrais Hidroelétricas	Peso: 25%	1	S	>1			
				A	1			
				NA	<1			
Iniciativas / Ações	Assegurar o acompanhamento e execução dos projetos de financiamento à medida 1.6.1							
	Assegurar o acompanhamento e execução dos projetos de financiamento à medida 1.6.3							

OBJETIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Assegurar a formação de trabalhadores da direção de Serviços	Documentos de Inscrição
Melhorar o circuito de documentos e informação	Inquéritos/Formulários
Aumentar a área de regadio coletiva público	Autos de Medição
Adequar as barragens dos Aproveitamentos Hidroagrícolas ao Regulamento de Segurança de Barragens	Anúncios de procedimento
Supervisionar e controlar o bom funcionamento das Centrais Hidroelétricas e Estações Elevatórias	Faturas de Energia
Assegurar a disponibilidade dos terrenos onde serão efetuadas as diversas obras	Informações
Assegurar o funcionamento de toda a atividade de Mecanização Agrária	Relatórios
Assegurar a Coordenação Nacional do Gasóleo colorido e marcado, no continente, e gasóleo com benefício fiscal, nos Açores	Listagens
Participação em Comissões Técnicas e de Acompanhamento nacionais, europeias e internacionais	Atas
Acompanhar o programa PRODER	Balancetes dos projetos de Financiamento

BENS MATERIAIS

	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
DSHEAR	1 scanner	
	1 Computador	
DIH	1 Scanner	
	1 Impressora	
	4 Computadores	
DEAR	2 Computadores	
EMAP	1 Scanner	
	2 Computadores	

IV – REGADIO E RECURSOS NATURAIS

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

A Direção de Serviços de Regadio e Recursos Naturais dispõe de duas unidades flexíveis.

A Divisão de Planeamento do Regadio e Solos tem como competências:

- ✦ Promover os estudos de diagnóstico e caracterização na área do planeamento do regadio e coordenação da promoção do Plano Nacional de Regadios;
- ✦ Elaborar e acompanhar os estudos agrossócio-económicos integrados em projetos de âmbito hidroagrícola;
- ✦ Acompanhar as candidaturas da iniciativa da DGADR, no âmbito dos fundos comunitários;
- ✦ Avaliar e emitir pareceres sobre planos ou projetos de entidades públicas e privadas em sede de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e acompanhamento e promoção de medidas de minimização e compensação dos EIA's e de programas de gestão ambiental;
- ✦ Acompanhar a elaboração de Planos de Ordenamento do Território;
- ✦ Dar apoio técnico – administrativo e participar nos órgãos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Conselho Nacional da Reserva Agrícola (CNRA) e Comissões Regionais;
- ✦ Promover e acompanhar a elaboração das cartas de solos e estudos de classificação das terras nas áreas envolvidas nos projetos hidroagrícolas;
- ✦ Assegurar a gestão do património rústico a cargo da DGADR e do património afeto à colonização interna e baldios reservados;
- ✦ Planear e acompanhar a execução das medidas de política de desenvolvimento rural e ambiente.

A Divisão de Gestão do Regadio e da Qualidade da Água tem como competências:

- ✦ Promover a transferência e apoiar a gestão dos AH's para as entidades concessionárias, elaborando as propostas dos contratos de concessão, bem como promover a entrega de obras às DRAP's para proceder à sua transferência para as entidades gestoras;
- ✦ Promover a articulação e o apoio às pessoas coletivas públicas e privadas concessionárias das obras de AH e assegurar as ligações com outras entidades intervenientes nos aproveitamentos de fins múltiplos com componente hidroagrícola;
- ✦ Promover, em colaboração com as entidades competentes, a realização de estudos de caracterização dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos suscetíveis de utilização na agricultura;
- ✦ Assegurar a recolha das variáveis meteorológicas da rede do MAMAOT tendo em vista o estudo e a avaliação das necessidades hídricas das diferentes culturas e implementação de um sistema de avisos de rega;
- ✦ Promover, em colaboração com as direções regionais de agricultura e pescas, a correta utilização dos corretivos orgânicos na agricultura e coordenar a implementação da diretiva "Nitratos de origem agrícola";
- ✦ Promover a monitorização e o controlo da qualidade da água destinada a fins agrícolas, propondo as necessárias medidas preventivas e de correção;
- ✦ Apoiar a conceção e a execução de projetos de captação de águas subterrâneas, procedendo ao acompanhamento da sua exploração, assim como à avaliação do estado de conservação das mesmas;
- ✦ Colaborar com as entidades tutelares de cartografia, nacionais e internacionais, no desenvolvimento de cartografia temática, de ortofotografia e da estrutura de metadados, na implementação e desenvolvimento de métodos e sistemas;

- Assegurar a elaboração e divulgação das cartas temáticas da responsabilidade da DGADR e participar no Conselho Coordenador de Cartografia;
- Colaborar com a entidade que tutela as operações de cadastro geométrico da propriedade na elaboração das cartas cadastrais das zonas de emparcelamento e de beneficiação hidroagrícola.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
IV	Coordenação das áreas de Planeamento do Regadio e de Solos e da Qualidade da Água	DSRRN
IV.1	Planeamento do Regadio/Plano Nacional de Regadios	DSRRN/DPRS
IV.2	Agro-Sócio-Economia	DSRRN/DPRS
IV.3	Ambiente e Ordenamento	DSRRN/DPRS
IV.4	Solos e RAN	DSRRN/DPRS
IV.5	Apoio à Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas	DSRRN/DGRQA
IV.6	Sustentabilidade dos Recursos Naturais	DSRRN/DGRQA
IV.7	Coordenação da produção, estruturação, organização e divulgação de cartografia temática em formato analógico e digital	DSRRN/DGRQA
IV.8	Hidrologia e Meteorologia e acompanhar e supervisionar tecnicamente os trabalhos de conservação e reabilitação das captações de águas subterrâneas	DSRRN/DGRQA

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Otimizar a gestão financeira							
OO 1	Gerir a Herdade da Ribeira Abaixo							IV.3
Indicador 1	Abate e remoção de árvores mortas	Peso:	30-nov	S	<30-nov			
		50%		A	30-nov			
		NA		>30-nov				
Indicador 2	Desmatção da herdade	Peso:	75 ha	S	>75 ha			
		50%		A	75 ha			
		NA		<75 ha				
Iniciativas / Ações	Abate e remoção de árvores mortas							
	Desmatção da Herdade							
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Gerir o Património afeto à Colonização Interna e Baldios Reservados							IV.3
Indicador 1	Número de alvarás emitidos, 2ªs vias e cancelamento de ónus	Peso:	10	S	>10			
		50%		A	10			
		NA		<10				
Indicador 2	Número de pareceres emitidos	Peso:	5	S	>5			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	no tocante ao Património / Colonização Interna	50%		A	5			
				NA	<5			
Iniciativas / Ações	Emissão de alvarás de propriedade definitiva, 2 ^{as} vias e cancelamento de ónus							
	Emissão de pareceres no tocante ao Património em gestão pela DGADR, colónias agrícolas e baldios							
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Assegurar o Plano Nacional do Regadios							IV.1
Indicador 1	Data de conceção da área temática e atualização do Sistema de Informação do Regadio (SIR)	Peso:	30-nov	S	<30-nov			
		100%		A	30-nov			
				NA	>30-nov			
Iniciativas / Ações	Reavaliação da execução do Plano Nacional do Regadio, face à reprogramação do PRODER							
	Criação de área temática no SIR - Regadio versus Ambiente							
	Atualização da base de dados do Regadio Tradicional							
OO 2	Assegurar os estudos estratégicos na área do regadio							IV.2
Indicador 1	Acompanhamento de estudos de âmbito agrossócio-económico	Peso:	2	S	>2			
		40%		A	2			
				NA	<2			
Indicador 2	Análise da componente agros-sócio-económica dos EIA dos blocos de rega do EFMA	Peso:	1	S	>1			
		20%		A	1			
				NA	<1			
Indicador 3	Estudos agrossócio-económicos	Peso:	2	S	>2			
		40%		A	2			
				NA	<2			
Iniciativas / Ações	Acompanhamento de estudos associados a projetos de rega							
	Avaliação dos descritores da sócio-economia e agrossistemas no âmbito dos procedimentos de AIA do EFMA							
	Avaliação dos descritores da sócio-economia e agrossistemas no âmbito dos procedimentos de AIA de projetos de regadio							
OO 3	Acompanhar as candidaturas na tramitação processual e no acompanhamento aos fundos comunitários na área do regadio							IV.1
Indicador 1	Número de pontos de situação elaborados	Peso:	4	S	>4			
		50%		A	4			
				NA	<4			
Indicador 2	Número de relatórios de acompanhamento	Peso:	6	S	>6			
		50%		A	6			
				NA	<6			
Iniciativas / Ações	Assegurar a coordenação da tramitação processual e do acompanhamento das candidaturas da responsabilidade da DGADR no âmbito do PRODER e Rede Rural Nacional							

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	Assegurar a contrapartida ao controlo administrativo às candidaturas PRODER e Rede Rural Nacional							
	Coordenar a resposta da DGADR no âmbito das consultas e alterações legislativas/revisão do PRODER							
OO 4	Promover a salvaguarda dos Recursos Naturais e dos interesses sectoriais do MAMAOT em sede de processos de AIA de infraestruturas e equipamentos de interesse público ou de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos							IV.3
Indicador 1	Número de projetos analisados e/ou acompanhados	Peso:	2	S	>2			
		30%		A	2			
		NA		<2				
Indicador 2	Número de pareceres emitidos	Peso:	30	S	>30			
		70%		A	30			
		NA		<30				
Iniciativas / Ações	Acompanhamento dos EIA's, RECAPE ou pós-avaliação dos projetos do EFMA							
	Análise e emissão de pareceres de EIA's, em sede de infraestruturas de utilidade pública ou equipamentos ou de AAE em sede de elaboração de planos							
OO 5	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MAMAOT em Grupos de Trabalho e Comissões na área do ambiente e dos recursos naturais							IV.3
Indicador 1	Número de pareceres emitidos para a CNREN (por solicitação)	Peso:	5	S	>5			
		20%		A	5			
		NA		<5				
Indicador 2	Número de pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados	Peso:	15	S	>15			
		40%		A	15			
		NA		<15				
Indicador 3	Número de estudos acompanhados	Peso:	6	S	>6			
		40%		A	6			
		NA		<6				
Iniciativas / Ações	Representação do MAMAOT na Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, como vogal efetivo							
	Assegurar a participação da DGADR na elaboração dos balanços anuais sobre o estado do ambiente e dos recursos naturais em Portugal							
	Acompanhamento da Elaboração dos Planos de Gestão das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH)							
	Representação da DGADR na Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura (CPEA)							
	Representação da DGADR na Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação							
	Representação da DGADR no Projeto Solo e Sedimentos – Programa Nacional de Ação de Ambiente e Saúde							
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho do Olival							
	Representação na Comissão Nacional para as Zonas Húmidas (CNZH)							
	Participação no Grupo de Trabalho para as alterações climáticas							

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
	Participação na comissão de acompanhamento do plano sectorial da Rede Natura 2000								
	Apoio técnico ao ponto focal para a nova lei de solos								
OO 6	Promover a salvaguarda das zonas rurais em sede dos Planos de Ordenamento do Território							IV.3	
Indicador 1	Número de planos analisados	Peso:	15	S	>15				
		40%		A	15				
				NA	<15				
Indicador 2	Número de pareceres emitidos	Peso:	35	S	>35				
		40%		A	35				
				NA	<35				
Indicador 3	Reunião anual dos técnicos envolvidos no acompanhamento dos Planos (Setor Agro-florestal e Pescas)	Peso:	1	S	>1				
		20%		A	1				
				NA	<1				
Iniciativas / Ações	Acompanhamento da elaboração ou revisão de planos de ordenamento (PEOT, PMOT e PROT), pela integração nas Comissões de Acompanhamento (CA)								
	Análise e emissão de parecer nas diversas fases de elaboração e na aprovação/ratificação de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)								
	Análise de projetos de diplomas legais por solicitação de S. Ex. ^a a MAMAOT/SEFDR na área do ordenamento do território								
	Análise de Planos de Pormenor e Planos de Urbanização no âmbito do regime jurídico dos IGT.								
	Análise de construções ou de outras operações urbanísticas no espaço rural, em sede do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)								
	Preparação e convocatória da reunião anual sobre o acompanhamento de Planos								
OO 7	Promover a elaboração de estudos de solos e de cartografia interpretativa							IV.4	
Indicador 1	Número de cartas de capacidade de uso revistas	Peso:	16	S	>16				
		100%		A	16				
				NA	<16				
Iniciativas / Ações	Promover e acompanhar a execução das cartas de capacidade de uso a sul do rio Douro (escala 1:25.000) e efetuar a revisão final das ligações entre as cartas de solos 1:25.000 de Entre Tejo e Douro								
OO 8	Presidir à Entidade Nacional da RAN							IV.4	
Indicador 1	Número de processos instruídos	Peso:	100	S	>100				
		70%		A	100				
				NA	<100				
Indicador 2	Número de processos deliberados	Peso:	80	S	>80				
		30%		A	80				
				NA	<80				
Iniciativas / Ações	Deliberação sobre recursos relativos aos atos administrativos das Entidades Regionais								
	Apoio técnico, administrativo e jurídico à Entidade Nacional e assegurar a uniformidade de critérios de atuação nas Entidades Regionais								

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
OO 9	Apoiar a Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas							IV.5	
Indicador 1	Prazo de apresentação dos dados estatísticos de 2010	Peso:	15-dez	S	<15-dez				
		15%		A	15-dez				
		NA		>15-dez					
Indicador 2	Número de processos de inutilização de solos instruídos e de exclusão instruídos	Peso:	100	S	>100				
		40%		A	100				
		NA		<100					
Indicador 3	Número de dias para apresentação dos boletins mensais das reservas hídricas das albufeiras	Peso:	6	S	<6				
		10%		A	6				
		NA		>6					
Indicador 4	Número de minutas de contratos de concessão elaborados	Peso:	2	S	>2				
		35%		A	2				
		NA		<2					
Iniciativas / Ações	Análise da evolução da área regada, nos AH do Grupo II e de outros dados estatísticos da gestão dos AH								
	Análise dos processos de exclusão, inclusão e inutilização de prédios nos aproveitamentos hidroagrícolas do grupo II e III								
	Acompanhamento e elaboração semanal dos boletins das reservas hídricas das albufeiras de fins hidroagrícolas e sua divulgação no site da DGADR								
	Promover a receção das infraestruturas de AH e efetuar a sua transferência para entidades gestoras								
OO 10	Promover com as DRAP a correta utilização de lamas na agricultura							IV.6	
Indicador 1	Número de esclarecimentos relativo à valorização agrícola de lamas	Peso:	5	S	>5				
		60%		A	5				
		NA		<5					
Indicador 2	Número de creditações para técnicos responsáveis em valorização agrícola de lamas	Peso:	3	S	>3				
		40%		A	3				
		NA		<3					
Iniciativas / Ações	Colaborar em ações de formação, informação e divulgação dos procedimentos relativos à aplicação de lamas em solos agrícolas								
	Assegurar o perfil indicado dos técnicos acreditados em valorização agrícola de lamas								
OO 11	Coordenar a nível do MAMAOT a implementação da diretiva "Nitratos"							IV.6	
Indicador 1	Número de ações relativas à implementação da diretiva "Nitratos"	Peso:	5	S	>5				
		10%		A	5				
		NA		<5					
Indicador 2	Conclusão da proposta do Programa de Ação para as novas zonas vulneráveis aos nitratos	Peso:	31-mar	S	<31-mar				
		10%		A	31-mar				
		NA		>31mar					

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Publicação do Programa de Ação para as novas zonas vulneráveis aos nitratos	Peso:	30-jun	S	<30-jun			
		20%		A	30-jun			
				NA	>30-jun			
Indicador 4	Elaboração da proposta do relatório síntese resultante da participação pública	Peso:	30-jun	S	<30-jun			
		10%		A	30-jun			
				NA	>30-jun			
Indicador 5	Publicação do relatório síntese resultante da participação pública	Peso:	31-out	S	<31-out			
		10%		A	31-out			
				NA	>31-out			
Indicador 6	Elaboração do relatório quadrienal 2008-2011 sobre a situação dos nitratos de origem agrícola	Peso:	30-set	S	<30-jun			
		40%		A	[30-jun -30-set]			
				NA	>30-set			
Iniciativas / Ações	Assegurar a participação no grupo da condicionalidade, nas ações de divulgação, no acompanhamento da sua implementação com as DRAP							
	Assegurar a coordenação da instrução das obrigações decorrentes do Dec.-Lei n.º 235/97							
	Assegurar a coordenação da instrução das obrigações decorrentes do Dec.-Lei n.º 235/97							
	Dar cumprimento à Diretiva 2003/35/CE, de 26 de maio (Participação Pública)							
	Dar cumprimento à Diretiva 2003/35/CE, de 26 de maio (Participação Pública)							
	Assegurar o cumprimento do artigo 10º da Diretiva nº91/676/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro de 1991.							
OO 12	Coordenar a elaboração e venda de cartas temáticas de base topográfica da responsabilidade da DGADR, em formato digital							IV.7
Indicador 1	Número de Cartas de Solos e Capacidade de Uso Digitalizadas	Peso:	5	S	>5			
		50%		A	5			
				NA	<5			
Indicador 2	Número de cartas de Solos e de Capacidade de Uso Vendidas	Peso:	200	S	>200			
		25%		A	200			
				NA	<200			
Indicador 3	Número de cartas cedidas	Peso:	50	S	>50			
		25%		A	50			
				NA	<50			
Iniciativas / Ações	Conversão analógico-digital de cartas temáticas							
	Comercialização de Cartas de Solos e de Capacidade de Uso à escala 1:25.000, em formato digital							
	Comercialização e cedência de informação cartográfica da DGADR em formato digital							
OO 13	Coordenar a elaboração e venda das cartas de solos e de capacidade de uso da responsabilidade da DGADR, em formato analógico							IV.7
Indicador 1	Número de cartas comerciali-	Peso:	50	S	>50			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
	zadas	30%		A	50				
				NA	<50				
Indicador 2	Número de cartas elaboradas em papel vegetal	Peso:	5	S	>5				
				A	5				
		70%			NA	<5			
Iniciativas / Ações	Foto restituição de cartas de solos em pantógrafo ótico								
	Desenho manual das cartas de solos foto restituídas e introdução de siglas								
	Comercialização de Cartas de solos e de capacidade de uso à escala 1:25.000								
	Cedência de informação cartográfica para instrução de processos da CRRAN								
	Elaboração de cartas e papel vegetal de capacidade de uso de solos à escala 1:100.000								
OO 14	Assegurar a representação da DGADR e/ou do MAMAOT em Grupos de Trabalho e Comissões na área dos recursos naturais							IV.6	
Indicador 1	Número de reuniões nacionais e internacionais	Peso:	5	S	>5				
		20%		A	5				
				NA	<5				
Indicador 2	Número de pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados	Peso:	10	S	>10				
		40%		A	10				
				NA	<10				
Indicador 3	Número de documentos analisados	Peso:	8	S	>8				
		40%		A	8				
				NA	<8				
Iniciativas / Ações	Representação do MAMAOT no Comité Nitratos								
	Representação da DGADR nos Conselhos das Regiões Hidrográficas das ARH								
	Representação da DGADR no Conselho Coordenador de Cartografia								
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho sobre Regime de Caudais, Secas e Situações de Emergência								
	Representação da DGADR no Grupo de Trabalho sobre o Regime de Exercício da Atividade Pecuária								
	Participação na CTA da revisão dos PDM's								
	Colaboração na emissão de pareceres a Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), nomeadamente PDM, PP e PU								
	Representação da DGADR na Comissão sectorial para a Água (CS/04) do Conselho Nacional de Qualidade								
	Representação da DGADR como entidade certificadora dos investimentos relacionados com a Ação 7.1 da Estratégia Nacional para os Programas Operacionais de Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas.								
OO 15	Implementar os procedimentos no quadro da diretiva INSPIRE							IV.7	
Indicador 1	Número de fichas de metadados elaborados	Peso:	30	S	>30				
		50%		A	30				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERACÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
				NA	<30			
Indicador 2	Número de temas abordados	Peso:	2	S	>2			
		50%		A	2			
				NA	<2			
Iniciativas / Ações	Estruturação da organização da informação relacionada com os procedimentos da iniciativa INSPIRE no âmbito do anexo III							
	Implementação da infraestrutura de metadados, de acordo com a diretiva INSPIRE							
OO 16	Avaliar os recursos hídricos superficiais para rega							IV.8
Indicador 1	Taxa de Projetos analisados / Projetos solicitados	Peso:	95%	S	100%			
		50%		A	[90-99%]			
				NA	<90%			
Indicador 2	Número de dias após a receção das candidaturas para elaboração de parecer no âmbito da Ação 7.1 – da Estratégia Nacional para os Programas Operacionais de Organizações de Produtores de Frutas e Produtos Hortícolas	Peso:	5	S	<5			
		50%		A	5			
				NA	>5			
Iniciativas / Ações	Emissão de pareceres no âmbito dos recursos hídricos superficiais							
	Emissão de pareceres no âmbito da ação 7.1 - Poupança de água através da reconversão ou modernização de sistemas de rega.							
OO 17	Coordenar as ações e atividades a desenvolver pelos diversos parceiros da operação “Boas Práticas para uso sustentado dos efluentes pecuários” (PRRN)							IV.8
Indicador 1	Número de reuniões	Peso:	5	S	<5			
		20%		A	5			
				NA	>5			
Indicador 2	Prazo de apresentação das conclusões da operação – Seminário Final	Peso:	30-dez	S	<30-dez			
		40%		A	30-dez			
				NA	>30-dez			
Indicador 2	Prazo de apresentação do modelo de relatório síntese das ações realizadas	Peso:	30-dez	S	<30-dez			
		40%		A	30-dez			
				NA	>30-dez			
Iniciativas / Ações	Coordenação das ações e atividades a desenvolver pelos diversos parceiros da operação, nomeadamente: organização de reuniões periódicas, acompanhamento da evolução do desenvolvimento das tarefas							
	Realização do seminário final de divulgação dos resultados da operação							
	Coordenação e publicação do relatório final da operação							
OO 18	Promover a Gestão das Associações de Beneficiários nomeadamente Aldeia da Luz, AH Macedo de Cavaleiros e Junta de Agricultores de Benaciate							IV.8
Indicador 1	Elaboração de contrato de	Peso:	31-mar	S	<31-mar			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
	prestação de serviços para gestão do perímetro	60%		A	31-mar				
				NA	>31-mar				
Indicador 2	Número de pareceres emitidos	Peso:	40	S	>40				
		40%		A	40				
				NA	<40				
Iniciativas / Ações	Apoiar a gestão dos AH								
	Participação na gestão do AH de Macedo de Cavaleiros com a Associação de Beneficiários								

OBJETIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Gerir a Herdade da Ribeira Abaixo	Abate e remoção de árvores mortas
	Desmatção da herdade
Gerir o Património afeto à Colonização Interna e Baldios Reservados	Documentos emitidos
Assegurar o Plano Nacional de Regadios	Construção e alimentação do SIR
Assegurar os estudos estratégicos na área do regadio	Estudos acompanhados
Acompanhar as candidaturas na tramitação processual e no acompanhamento aos fundos comunitários na área do regadio	Coordenação da tramitação processual e do acompanhamento das candidaturas da responsabilidade da DGADR no âmbito do PRODER e Rede Rural Nacional
Promover a salvaguarda dos Recursos Naturais e dos interesses sectoriais do MAMAOT em sede de processos de AIA de infraestruturas e equipamentos de interesse público ou de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos	Pareceres emitidos
Assegurar a representação da DGADR e/ou do MAMAOT em Grupos de Trabalho e Comissões na área do ambiente e dos recursos naturais	Pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Promover a salvaguarda das zonas rurais em sede dos Planos de Ordenamento do Território	Pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Promover a elaboração de estudos de solos e de cartografia interpretativa	Cartas de capacidade de uso revistas
Presidir à Entidade Nacional da RAN	Pareceres emitidos
	Processos instruídos e deliberados
Apoiar a Gestão dos Aproveitamentos Hidroagrícolas	Pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Promover com as DRAP a correta utilização de lamas na agricultura	Ações/reuniões realizadas
Coordenar a nível do MAMAOT a implementação da diretiva "Nitratos"	Ações/reuniões realizadas
Coordenar a elaboração e venda de cartas temáticas de base topográfica da responsabilidade da DGADR, em formato digital	Número de cartas
Coordenar a elaboração e venda das cartas de solos e de capacidade de uso da responsabilidade da DGADR, em formato analógico	Número de cartas

OBJETIVOS (cont.)	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Assegurar a representação da DGADR e/ou do MAMAOT em Grupos de Trabalho e Comissões na área dos recursos naturais	Pareceres, memorandos e relatórios técnicos elaborados
Implementar os procedimentos no quadro da diretiva INSPIRE	Pareceres, memorandos e relatórios técnicos analisados
Avaliar os recursos hídricos superficiais para rega	Pareceres, memorandos e relatórios técnicos analisados
Coordenar as ações e atividades a desenvolver pelos diversos parceiros da operação "Boas Práticas para uso sustentado dos efluentes pecuários" (PRRN)	Reuniões de acompanhamento Realização do seminário final Publicação do relatório final da operação nas versões Portuguesa e Inglesa
Promover a Gestão das Associações de Beneficiários nomeadamente Aldeia da Luz, AH Macedo de Cavaleiros e Junta de Agricultores de Benaciate	Contratos de prestação de serviços e pareceres

BENS MATERIAIS

	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
DPRS	1 Fotocopiadora	
	1 Impressora	
	4 Computadores	
DGRQA	4 Computadores	Prestações de serviços com as Associações de Regantes

V – PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS E SANIDADE VEGETAL

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Homologação dos produtos fitofarmacêuticos e de produtos biocidas preservadores de madeira no território nacional, tendo por base a avaliação comunitária das substâncias ativas e a avaliação do comportamento biológico, da exposição do aplicador, técnicas de aplicação e impacte nos ecossistemas agrícolas a nível nacional para definição das boas práticas agrícolas dos produtos e garantir a segurança para o consumidor, aplicador e ambiente.
- Contribuir para a redução do risco dos produtos fitofarmacêuticos através de implementação de medidas no âmbito de um uso sustentado em todas as atividades, incluindo a distribuição, armazenamento, venda e sua aplicação e favorecer a implementação de modos de produção agrícolas com menor dependência do uso de produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente agricultura biológica e produção integrada e assegurar a generalização no País do aconselhamento técnico relativo à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos através do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
V	Coordenação das áreas de Homologação e Avaliação Toxicológica, Ecotoxicológica, Ambiental e da Identidade dos Produtos Fitofarmacêuticos e de Avaliação Biológica e de Sanidade Vegetal	DSPFSV
V.1	Promover e implementar atividades técnicas e administrativas relativas à colocação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e de produtos biocidas preservadores de madeira (PM) no mercado nacional e controlo do seu uso, decorrentes da legislação em vigor	DSPFSV/DHATEAIPF
V.2	Assegurar a ligação, no âmbito da legislação comunitária e nacional relativa à colocação de PF e PPM no mercado, com as Autoridades competentes dos Estados Membros, instituições nacionais e comunitárias	DSPFSV/DHATEAIPF
V.3	Preparar e/ou promover a elaboração de legislação nacional e comunitária relativa a PF e PM	DSPFSV/DHATEAIPF / DABSV
V.4	Promover e implementar o controlo físico e químico de PF e PM e coordenar o programa nacional de controlo de resíduos de pesticidas de origem vegetal	DSPFSV/DHATEAIPF
V.5	Promover e coordenar a avaliação da eficácia, em sentido lato e estrito, no âmbito da homologação de produtos fitofarmacêuticos (PF) e de produtos biocidas preservadores de madeira (PM) com vista à concessão de autorizações de venda desses produtos	DSPFSV/DABSV
V.6	Promover e proceder às atividades de experimentação necessárias para o estudo das características dos produtos fitofarmacêuticos nas áreas do comportamento biológico	DSPFSV/DABSV
V.7	Promover e coordenar as atividades técnicas inerentes à implementação de modos de produção ambientalmente sustentados, nomeadamente modo de produção biológico, proteção e produção integradas	DSPFSV/DABSV

Coordenar e garantir o funcionamento e atualidade do Serviço Nacional de Avisos Agrícolas (SNAA), nomeadamente no estabelecimento de meios de luta e métodos de previsão e evolução de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Promover a aquisição de novas competências e atualização de competências já adquiridas							V / V.1 V.5 / V.6 / V.7
Indicador 1	Taxa de participação em ações de formação/ "coaching" internas	Peso: 25%	90%	S	>90%			
				A	90%			
				NA	<90%			
Indicador 2	Grau de autonomia no desempenho de competências específicas	Peso: 50%	70%	S	>70%			
				A	70%			
				NA	<70%			
Indicador 3	Taxa de participação em ações de formação externas	Peso: 25%	50%	S	>50%			
				A	50%			
				NA	<50%			
Iniciativas / Ações	Identificação das necessidades de formação							
	Identificação de oportunidades de formação e sua divulgação							
	Promoção da participação dos técnicos em ações de formação externas							
	Promoção da participação dos técnicos em ações de formação/"coaching" internas							
OE	Incentivar a utilização das TIC							
OO 1	Desmaterialização de processos relativos à homologação de produtos fitofarmacêuticos							V / V.1
Indicador 1	Taxa de participação no projeto de desmaterialização de processos e procedimentos	Peso: 50%	30%	S	>30%			
				A	30%			
				NA	<30%			
Indicador 2	Taxa de parametrização do "software"	Peso: 50%	70%	S	>70%			
				A	70%			
				NA	<70%			
Iniciativas / Ações	Iniciação do procedimento de aquisição de "software", "hardware" e serviços de programação do software a adquirir							
	Parametrização do "software" adquirido							
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências							
OO 1	Promover a formação de entidades externas							V / V.1 / V.4 V.5 / V.6 / V.7
Indicador 1	Taxa de participação nas ações de formação	Peso: 50%	70%	S	>70%			
				A	70%			
				NA	<70%			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 2	Taxa de soliciatações atendi- das (N.º de soliciatações atendidas / n.º de soliciatações apresentadas * 100)	Peso:	40%	S	>40%			
		50%		A	40%			
		NA		<40%				
Iniciativas / Ações	Preparação e participação nas ações de formação solicitadas por entidades externas							
OO 2	Organizar fóruns de discussão para os vários stakeholders em áreas de intervenção da DSPFSV							V / V.1 / V.4 V.6 / V.7
Indicador 1	Número de temáticas propos- tas	Peso:	1	S	>1			
		25%		A	1			
		NA		<1				
Indicador 2	Número de fóruns propostos	Peso:	1	S	>1			
		25%		A	1			
		NA		<1				
Indicador 3	Taxa de execução de reuniões técnicas com os utentes	Peso:	90%	S	>90%			
		50%		A	90%			
		NA		<90%				
Iniciativas / Ações	Identificação das temáticas de interesse para o uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos							
	Promoção da organização de fóruns de discussão das temáticas consideradas relevantes							
	Identificação de áreas técnicas a enquadrar pela Unidade Orgânica							
OO 3	Implementar o plano de ação nacional do Gonipterus do eucalipto							V.7/V.8
Indicador 1	Número de ações de sensibili- zação promovidas sobre o Gonipterus com o contributo do SNAA	Peso:	2	S	<2			
		100%		A	2			
		NA		>2				
Iniciativas / Ações	Coordenar e promover as ações de sensibilização a realizar a nível regional sobre o <i>Gonipterus</i>							
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Promover a divulgação da informação produzida pelas unida- des orgânicas							V.1 / V.7
Indicador 1	Data de entrega para publica- ção do Guia de Produtos Fito- farmacêuticos	Peso:	31-mar	S	<31-mar			
		50%		A	31-mar			
		NA		>31-mar				
Indicador 2	Taxa de atualização da Página de internet na componente Produtos fitofarmacêuticos	Peso:	90%	S	>90%			
		30%		A	90%			
		NA		<90%				
Indicador 3	Disponibilização de informação técnica na Internet e em rede no prazo previsto	Peso:	30 dias	S	<30			
		20%		A	30			
		NA		>30				

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
Iniciativas / Ações	Atualização e entrega para publicação do Guia de Produtos Fitofarmacêuticos – Lista de Produtos fitofarmacêuticos com venda autorizada								
	Manutenção e atualização de informação no Internet e em Rede								
	Atualização e publicação de Boletim trimestral								
	Disponibilizar na Internet os rótulos aprovados para produtos fitofarmacêuticos								
	Atualizar os conteúdos informáticos da página de Internet face à publicação do Regulamento 1107/2009								
OO 2	Assegurar o cumprimento dos prazos e procedimentos previstos no Reg. 1107/2009, relativos à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado							V.1 / V.2 / V.5	
Indicador 1	Taxa de autorizações concedidas (Nº autorizações de PF concedidas a pedidos apresentados após 14.06.2011 nos prazos previstos/Nº pedidos efetuados * 100)	Peso: 100%	90%	S A NA	>90% 90% <90%				
	Iniciativas / Ações								
	Controlo e gestão de pedidos de autorização								
Elaboração de projetos de relatório de suporte a autorizações de produtos fitofarmacêuticos									
Coordenação e circulação de informações com outros Estados Membros relativas à atividade zonal de avaliação e autorização de produtos fitofarmacêuticos									
OO 3	Assegurar a manutenção, alteração ou revisão de autorizações de venda de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira solicitadas							V.1	
Indicador 1	Taxa de APV avaliadas (N.º APV avaliadas / n.º APV a rever * 100)	Peso: 30%	50%	S A NA	>50% 50% <50%				
	Indicador 2	Taxa de novas soluções (novos produtos e/ou finalidades) colocadas no mercado nacional (N.º de novas soluções / nº novas soluções em estudo à data de 31.12.2010 * 100)	Peso: 70%	50%	S A NA	>50% 50% <50%			
		Iniciativas / Ações							
Revisão de APV's de produtos fitofarmacêuticos para efeitos de AV em 1ª fase									
Revisão de APV's de produtos fitofarmacêuticos para efeitos de AV em 2ª fase									
Concessão de autorização de venda a produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira									
OO 4	Implementar a legislação nacional relativa à inspeção de equipamento de aplicação de produtos fitofarmacêuticos em uso							V.7	
Indicador 1	Taxa de processos de reconhecimento de CIPP avaliados (N.º processos de reconhecimento de CIPP avaliados / N.º de processos de reconhecimento de CIPP entrados na DSPFSV * 100)	Peso: 100%	80%	S A NA	>80% 80% <80%				
	Iniciativas / Ações								
	Processo de reconhecimento de CIPP								
OO 5	Implementar a proteção integrada de acordo com a Diretiva do Uso Sustentável (DUS)							V.7	

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 1	Levantamento da informação de PI disponível a nível nacional	Peso:	jun	S	<jun			
		20%		A	jun			
		NA		>jun				
Indicador 2	Reorganização da informação de PI disponível no sítio da Internet	Peso:	dez	S	<dez			
		40%		A	dez.			
		NA		>dez				
Indicador 3	Elaboração ou coordenação da informação em falta	Peso:	dez	S	<dez			
		40%		A	dez.			
		NA		>dez				
Iniciativas / Ações	Efetuar o levantamento de toda a informação de PI disponível na DSPFSV							
	Reorganizar toda a informação existente no site de modo a cumprir as exigências da DUS							
	Elaboração ou coordenação da elaboração com os técnicos do SNAA da informação em falta							
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Elaborar o Plano de Ação Nacional para a utilização sustentável de produtos fitofarmacêuticos							V.7
Indicador 1	Prazo para a discussão com os stakeholders	Peso:	mar	S	<jun			
		20%		A	jun			
		NA		>jun				
Indicador 2	Data de entrega superior da versão final	Peso:	out	S	<out			
		20%		A	out			
		NA		>out				
Indicador 3	Entrega à Comissão Europeia do Plano de Ação	Peso:	26-nov	S	<26-nov			
		60%		A	26-nov			
		NA		>26-nov				
Iniciativas / Ações	Discussão com os stakeholders do draft apresentado pela DGADR							
	Elaboração da versão final							
	Consulta pública							
	Apresentação à Comissão Europeia							
OO 2	Promover a implementação de legislação nacional e comunitária no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos							V.1 / V.2
Indicador 1	Prazo médio de resposta por projeto	Peso:	15 dias	S	<15			
		40%		A	15			
		NA		>15				
Indicador 2	Prazo médio de resposta por Diretiva, Regulamento ou Decisão	Peso:	15 dias	S	<15			
		30%		A	15			
		NA		>15				

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 3	Tempo médio de resposta aos pedidos de colaboração técnica	Peso:	10 dias	S	<10			
		30%		A	10			
		NA		>10				
Iniciativas / Ações	Revisão técnico-linguística de projetos de diplomas apresentados							
	Transposição de Diretivas							
	Colaboração técnica com as instituições nacionais e comunitárias na elaboração de textos legislativos							
	Implementação de Regulamentos e Decisões emanadas das instituições comunitárias							
OO 3	Promover a elaboração de códigos de conduta relativos ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos							V
Indicador 1	Percentagem de elaboração do código de conduta de aplicação de PF	Peso:	80%	S	>80%			
		100%		A	80%			
		NA		<80%				
Iniciativas / Ações	Elaboração da versão final para revisão interna							
OO 4	Promover o projeto de controlo do inseto vetor do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)							V.6
Indicador 1	Data de conclusão do plano de ensaios	Peso:	3-mar	S	<3-mar			
		50%		A	3-mar			
		NA		>3-mar				
Indicador 2	Data de início dos ensaios de campo	Peso:	15-mar	S	<15-mar			
		50%		A	15-mar			
		NA		>15-mar				
Iniciativas / Ações	Elaboração do plano de ensaios de campo							
	Coordenação da implementação dos ensaios no campo em parcelas previamente selecionadas pela AFN							
OO 5	Promover o projeto FITORREGA Rede temática de informação e divulgação no âmbito da fitossanidade e da rega							V.7
Indicador 1	Data de início dos procedimentos administrativos relativos ao 1.º ano de projeto	Peso:	dez	S	<dez			
		100 %		A	dez			
		NA		>dez				
Iniciativas / Ações	Concluir as ações consideradas para o 1.º ano do projeto							
OO 6	Promover o projeto Rede Hortofrutícola							V.7
Indicador 1	Data de início dos procedimentos administrativos relativos ao 1.º ano de projeto	Peso:	dez	S	<dez			
		100%		A	dez			
		NA		>dez				
Iniciativas / Ações	Concluir as ações consideradas para o 1.º ano do projeto							
OO 7	Coordenar o Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal							V

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 1	Data da elaboração do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas para 2013	Peso: 50%	dez	S	<dez			
				A	dez			
				NA	>dez			
Indicador 2	Data da publicação do relatório do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas referente a 2011	Peso: 50%	dez	S	<dez			
				A	dez			
				NA	>dez			
Iniciativas / Ações	Coordenar as atividades referentes ao Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2012 das entidades envolvidas na Rede Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas							
	Promover e coordenar a reunião de definição de Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2011							
	Elaborar os documentos referentes ao Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2013 e relatório do Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas de 2011							
OO 8	Assegurar a implementação das figuras previstas no Dec.-Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro, para a "redução do risco nos circuitos comerciais e na aplicação de produtos fitofarmacêuticos", numa ótica do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos							V
Indicador 1	Taxa de autorizações de horas concedidas (N.º de autorizações de exercício concedidas / nº pedidos entrados na DGADR até 15 novembro * 100)	Peso: 50%	95%	S	>95%			
				A	95%			
				NA	<95%			
Indicador 2	Tempo médio de concessão da acreditação	Peso: 50%	15 dias	S	<15			
				A	15			
				NA	>15			
Iniciativas / Ações	Licenciamento de estabelecimentos de distribuição e venda de produtos fitofarmacêuticos e de empresas de aplicação terrestre							
	Acreditação de técnicos responsáveis nos termos do artigo 6.º do Dec.-Lei n.º 173/2005							

OBJETIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Promover a aquisição de novas competências e atualização de competências já adquiridas	Ações de formação realizadas
Promover a formação de entidades externas	Ações de formação realizadas
Organizar fóruns de discussão para os vários stakeholders em áreas estratégicas de intervenção da DSPFSV	Fóruns e reuniões realizados
Promover a divulgação da informação produzida pelas Unidades Orgânicas	Tempo dispendido na disponibilização da informação
Assegurar o cumprimento dos prazos e procedimentos previstos no Reg. 1107/2009, relativos à colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado	Registos existentes na DHATEAIPF

OBJETIVOS (cont.)	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Assegurar a manutenção, alteração ou revisão de autorizações de venda de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira solicitadas	Registos existentes na DHATEAIPF
Assegurar a manutenção, alteração ou revisão de autorizações de venda de produtos fitofarmacêuticos e preservadores de madeira	Registos existentes na DHATEAIPF
Promover a implementação de legislação nacional e comunitária no âmbito dos produtos fitofarmacêuticos	Prazo dispendido em transposição, revisão ou implementação da legislação
Promover a elaboração de códigos de conduta relativos ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos	Percentagem da elaboração de códigos de conduta
Promover o projeto de controlo do inseto vetor do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)	Apresentação do plano e implementação dos ensaios de campo
Promover o projeto FITORREGA_Rede temática de informação e divulgação no âmbito da fitossanidade e da rega	Apresentação do relatório do levantamento das necessidades
Coordenar o Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas em produtos de origem vegetal	Elaboração do relatório do PNCRP (2011) e publicação do relatório do PNCRP (2009)
Assegurar a implementação das figuras previstas no Dec.-Lei n.º 173/2005, de 21 de outubro, para a "redução do risco nos circuitos comerciais e na aplicação de produtos fitofarmacêuticos", numa ótica do uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos	Registo das Autorizações de exercício de atividade e dos Técnicos acreditados e respetivos tempos de resposta

BENS MATERIAIS

	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
DSPFSV	2 computadores - Equipa Implementação D.L. n.º 173/2005 e secretariado	
	1 monitor 17"	
DHATEAIPF	4 computadores	Manutenção de equipamentos de laboratório
	3 monitores 17"	Empreitada obras no laboratório de formulações
	Consumíveis de laboratório (solventes, reagentes, gases)	Empreitada de remodelação de sala Ed. Oeiras
DABSV	6 computadores	Projeto FITORREGA + projeto Hortofrutícolas em rede
	1 servidor	Projeto FITORREGA

VI – FITOSSANIDADE E MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO DE PLANTAS

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- ✦ Regular, coordenar e implementar medidas de proteção fitossanitárias;
- ✦ Evitar a introdução, dispersão e estabelecimento de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais considerados de quarentena no território nacional e comunitário;
- ✦ Assegurar a identificação laboratorial de organismos prejudiciais e coordenar a colheita de amostras de material proposto à certificação;
- ✦ Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia;
- ✦ Implementar as atividades técnicas relativas à execução dos esquemas de controlo e certificação de sementes e de outros materiais de multiplicação de plantas;
- ✦ Assegurar a gestão do Núcleo de Ensaios e de Controlo do Escaroupim (NECE);
- ✦ Melhorar a qualificação dos técnicos e promover a atualização de conhecimentos na área dos sistemas de certificação;
- ✦ Assegurar a avaliação de novas variedades vegetais, com interesse potencial para o País, a inscrever no Catálogo Nacional de Variedades (CNV)
- ✦ Assegurar a proteção e a valorização dos recursos genéticos vegetais
- ✦ Proceder à atribuição do direito de obtentor de variedades vegetais protegidas
- ✦ Assegurar a ligação, no âmbito das suas competências, com as DRAP e outras entidades nacionais e internacionais, nomeadamente com as instituições da União Europeia, OCDE, FAO, OEPP, UPOV e ISTA.

CÓDIGO	ATIVIDADES	DIREÇÃO DE SERVIÇO / UNIDADE FLEXÍVEL
VI	Coordenação das áreas de Inspeção Fitossanitária e Propágulos e de Sementes, Variedades e Recursos Genéticos Vegetais	DSFMMP
VI.1	Inspeção fitossanitária e quarentena vegetal	DSFMMP/DIFP
VI.2	Inspeção a unidades de tratamento de madeira	DSFMMP/DIFP
VI.3	Sistemas de certificação e controlo de materiais de multiplicação vegetativa	DSFMMP/DIFP
VI.4	Catálogo nacional de variedades de fruteiras e videira	DSFMMP/DIFP
VI.5	Apoio administrativo	DSFMMP/DIFP/DSVRG
VI.6	Sistemas de certificação e controlo de sementes	DSFMMP/DSVRG
VI.7	Catálogo nacional de variedades, Recursos genéticos e Direitos do Obtentor	DSFMMP/DSVRG
VI.8	Organismos geneticamente modificados	DSFMMP/DSVRG

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Otimizar a gestão financeira							
OO 1	Promover a cobrança de taxas devidas pela certificação e licenciamentos							VI.6 / VI.3 VI.5
Indicador 1	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos	Peso: 25%	31-mar	S	<15-mar			
				A	[15-mar-15-abr]			
				NA	>15-abr			
Indicador 2	Data de elaboração das listagens de taxas devidas pelo controlo/certificação materiais de propagação vegetativa	Peso: 25%	15-dez	S	<1-dez			
				A	[1-31 dez]			
				NA	>31-dez			
Indicador 3	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela certificação de semente	Peso: 25%	1-set	S	<15-ago			
				A	[15-ago-15 set]			
				NA	>15-Set			
Indicador 4	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos	Peso: 25%	31-mai	S	<30-abr			
				A	[30-abr–30-jun]			
				NA	>30-Jun			
Iniciativas / Ações	Elaborar listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos							
	Elaborar listagens de taxas devidas pelo controlo/certificação materiais de propagação vegetativa							
	Elaborar listagem de taxas devidas pela certificação de semente							
	Elaborar listagem de taxas devidas pela renovação de licenciamentos							
OO 2	Promover a cobrança de taxas devidas pela inscrição de variedades no CNV e atribuição de direitos de obtentor							VI.7 / VI.5
Indicador 1	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pela manutenção de variedades no CNV	Peso: 30%	31-mar	S	<20-mar			
				A	[20-mar–10-abr]			
				NA	>10-abr			
Indicador 2	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pelos ensaios de variedades do CNV	Peso: 40%	20-set	S	<1-set			
				A	[1-set – 10-out]			
				NA	>10-out			
Indicador 3	Data de elaboração da listagem de taxas devidas pelo registo de variedades protegidas	Peso: 30%	20-set	S	<1-set			
				A	[1-set – 10-out]			
				NA	>10-out			
Iniciativas / Ações	Elaborar listagem de taxas devidas pela manutenção de variedades no CNV							
	Elaborar listagem de taxas devidas pelos ensaios de variedades do CNV							
	Elaborar listagem de taxas devidas pelo registo de variedades protegidas							
OE	Estudar e obter novas fontes de financiamento							
OO 1	Executar análises e ensaios de sementes e tecnológicas informativas							VI.6 / VI.7 VI.5

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 1	Número de análises executadas	Peso:	1000	S	>1100			
		100%		A	[900-1100]			
		NA		<900				
Iniciativas / Ações	Realizar as análises e testes solicitados a título informativo							
OO 2	Promover a cobrança de passaportes fitossanitários nas UITM							VI.2 / VI.5
Indicador 1	Receita da emissão de passaportes fitossanitários nas UITM	Peso:	20000 €	S	>25000 €			
		100%		A	[15000 - 25000]			
		NA		<15000 €				
Iniciativas / Ações	Cobrar a emissão de passaportes fitossanitários nas UITM							
OO 3	Promover a utilização do “Dossier Solidariedade NMP”							VI / VI.1 / VI.2
Indicador 1	Taxa de execução financeira do pedido da DGADR do “Dossier Solidariedade 2011”, componente DGADR	Peso:	95%	S	>100%			
		100%		A	[90%-100 %]			
		NA		<90%				
Iniciativas / Ações	Execução financeira do pedido da DGADR do “Dossier” Solidariedade 2011							
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Realizar ações de formação internas							VI.6 / VI.7/ VI.5
Indicador 1	Número de ações de formação internas	Peso:	7	S	>9			
		100%		A	[5-9]			
		NA		<5				
Iniciativas / Ações	Definir e executar o plano de formação interna							
OE	Incentivar a utilização das TIC							
OO 1	Gerir a aplicação informática INFINET							VI.1 / VI.2
Indicador 1	Data de elaboração do relatório das ações desenvolvidas	Peso:	31-mar	S	<31-mar			
		100%		A	31-mar			
		NA		>31-mar				
Iniciativas / Ações	Elaborar o relatório das ações desenvolvidas em 2011							
OO 2	Desenvolver a aplicação informática CERTINET no âmbito do PRODER							VI.3
Indicador 1	Data de elaboração do relatório de execução	Peso:	15-Jul	S	<1-Jul			
		100%		A	[1-31 Jul]			
		NA		>31-Jul				
Iniciativas / Ações	Garantir a execução do plano de ação do projeto CERTINET							
OO 3	Dinamizar a utilização do programa informático EUROPHYT							VI.1

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Indicador 1	Prazo de elaboração dos relatórios quinzenais sintéticos	Peso:	Dias 5 e 20 de cada mês	S	<1 e <16			
		100%		A	[1-9 e 16-24]			
		NA		>9 e >24				
Iniciativas / Ações	Elaborar relatórios quinzenais sintéticos das notificações de interceção, na EU, de organismos prejudiciais, madeira e materiais de embalagem em madeira e ainda de interceções relativas a problemas documentais.							
	Disponibilizar o acesso aos relatórios através do INFINET							
	Atualizar página na intranet de relatório cumulativo mensal de interceções a Portugal e com ligação a cada uma das notificações							
OE	Assegurar a formação dos clientes, criando competências							
OO 1	Realizar ações de formação/reciclagem no âmbito da certificação, catálogos e OGM							VI.6 / VI.7 / VI.8
Indicador 1	Número de ações de formação / reciclagem	Peso:	3	S	>4			
		100%		A	[2-4]			
		NA		<2				
Iniciativas / Ações	Realizar ações de formação e de reciclagem na área da inspeção de campo e da amostragem de semente							
	Realizar ações de formação na área do CNV							
	Realizar ações de formação na área da coexistência entre culturas GM e outros modos de produção							
OO 2	Realização do 2.º Congresso Nacional da Semente							VI.6 / VI.7 / VI.8
Indicador 1	Número de participantes	Peso:	110	S	>130			
		100%		A	[90-130]			
		NA		<90				
Iniciativas / Ações	Organizar o 2.º Congresso Nacional da Semente							
OO 3	Realizar ações de formação para técnicos das UITM's responsáveis pelo tratamento térmico de madeira de coníferas para controlo NMP							VI.2
Indicador 1	Número de ações de formação	Peso:	3	S	>3			
		100%		A	3			
		NA		<3				
Iniciativas / Ações	Realizar ações de formação no âmbito do funcionamento das UITM's							
OO 4	Realizar encontros de campo no NECE e nas DRAP							VI.3 / VI.6 VI.7 / VI.8
Indicador 1	Número de encontros de campo no NECE	Peso:	2	S	>3			
		70%		A	[1-3]			
		NA		<1				
Indicador 2	Número de encontros de campo no âmbito do CNV	Peso:	1	S	>2			
		30%		A	[1-2]			
		NA		<1				

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Iniciativas / Ações		Organizar encontros de campo no NECE na área dos materiais de multiplicação de plantas							
		Organizar em conjunto com as DRAP encontros de campo no âmbito do CNV							
OE		Melhorar os sistemas de gestão da informação numa ótica integrada							
OO 1		Atualizar e melhorar a informação disponível na Internet							VI
Indicador 1		Número de dias disponibilização de informação atualizada na página da internet da DGADR	Peso:	5	S	<4			
			100%		A	[4-6]			
					NA	>6			
Iniciativas / Ações		Assegurar a disponibilização de informação atualizada na página da internet da DGADR							
OO 2		Gerir a base de dados de semente biológica							VI.6
Indicador 1		Número de dias para validação e atualização on-line da base de dados de semente biológica	Peso:	3	S	<1			
			100%		A	[1-3]			
					NA	>3			
Iniciativas / Ações		Proceder à validação da informação e à atualização on-line da Base de Dados de semente biológica							
OE		Reduzir os circuitos processuais							
OO 1		Elaborar proposta de simplificação dos processos de licenciamento das áreas de competência da DSFMP							VI
Indicador 1		Data de apresentação de proposta	Peso:	1-nov	S	<15-out.			
			100%		A	[15-out - 15-nov]			
					NA	>15-nov			
Iniciativas / Ações		Proceder ao levantamento dos procedimentos aplicados aos licenciamentos existentes e elaborar proposta de simplificação							
OE		Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1		Obter bons resultados nos testes de proficiência da ISTA							VI.5 / VI.7
Indicador 1		Classificação nos testes de proficiência da ISTA	Peso:	B	S	Todos A			
			100%		A	Todos B			
					NA	Obter um C			
Iniciativas / Ações		Participar nos testes de proficiência da ISTA							
OO 2		Responder a todas as reclamações e pedidos de informação							VI
Indicador 1		Número de dias para avaliação das reclamações recebidas	Peso:	4	S	<3			
			50%		A	[3-5]			
					NA	>5			
Indicador 2		Número de dias para resposta a pedidos de informação	Peso:	7	S	<5			
			50%		A	[5-9]			
					NA	>9			

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE	
Iniciativas / Ações	Avaliar as reclamações recebidas, proceder ao seu registo, avaliação e desenvolver eventuais ações corretivas								
	Responder a todos os pedidos de informação								
OO 3	Realizar análises e ensaios de sementes, licenciar produtores e acondicionadores de semente e agricultores multiplicadores e avaliar pedidos de importação de semente							VI.8 / VI.7 V.6 / VI.5	
Indicador 1	Número médio de dias para execução de análises e ensaios de sementes	Peso:	26	S	<22				
		35%		A	[22-30]				
				NA	>30				
Indicador 2	Número médio de dias para avaliação dos pedidos de obtenção e de renovação das licenças	Peso:	12	S	<9				
		35%		A	[9-15]				
				NA	>16				
Indicador 3	Número médio de dias para emissão de pareceres sobre pedidos de importação	Peso:	3	S	<2				
		30%		A	[2-4]				
				NA	>4				
Iniciativas / Ações	Executar análises e ensaios de sementes								
	Proceder à avaliação dos pedidos de obtenção e de renovação das licenças								
	Emitir pareceres sobre pedidos de importação								
OO 4	Renovar os licenciamentos concedidos e avaliação de novos pedidos de licenciamento de produtores e fornecedores de materiais de propagação vegetativa							VI.3/VI.5	
Indicador 1	Data de comunicação às DRAP's da lista de entidades que renovaram as licenças	Peso:	15-mar	S	<2-mar				
		50%		A	[2-31 mar]				
				NA	>31-mar				
Indicador 2	Número de dias para avaliar os pedidos de novos licenciamentos/registos de operadores económicos	Peso:	9	S	<9				
		50%		A	9				
				NA	>9				
Iniciativas / Ações	Comunicar às DRAP's a lista de entidades que renovaram as licenças (envio de vinhetas)								
	Avaliar os pedidos de novos licenciamentos/registo de operadores económicos								
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais								
OO 1	Elaborar propostas de diplomas legislativos relativos à inspeção fitossanitária e à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes e de materiais de propagação vegetativa							VI	
Indicador 1	Número de dias para elaboração de propostas de transposição de legislação comunitária	Peso:	50	S	<40				
		100%		A	[41-59]				
				NA	>60				
Iniciativas / Ações	Proceder à elaboração de propostas de transposição de legislação comunitária								

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OO2	Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e de videira							VI.3/VI.5
Indicador 1	Prazo de apresentação de revisão do DL 329/2007	Peso:	15-out	S	<1-out			
		50%		A	[1-out - 1-nov]			
		NA		>2-nov				
Indicador 2	Prazo de apresentação de proposta de revisão do DL 194/2006	Peso:	15-set	S	<1-set			
		50%		A	[1-set - 1out]			
		NA		>1-out				
Iniciativas / Ações	Criação de coordenação de grupo de trabalhos							
	Elaboração das propostas de alteração							
OO3	Proceder ao controlo e certificação de semente, promover a conservação dos recursos genéticos e coordenar o controlo do cultivo de VGM							VI.6 / VI.7 VI.8
Indicador 1	Número médio de dias para avaliar os resultados das inspeções de campos	Peso:	7	S	<4			
		25%		A	[4-10]			
		NA		>10				
Indicador 2	Número médio de dias para coordenar a amostragem de semente e emitir etiquetas de certificação	Peso:	4	S	<2			
		25%		A	[2-6]			
		NA		>6				
Indicador 3	Número de análises de sementes para certificação	Peso:	1500	S	>1800			
		20%		A	[1200-1800]			
		NA		<1200				
Indicador 4	Número ensaios de campo realizados	Peso:	6	S	>7			
		20%		A	[5-7]			
		NA		<5				
Indicador 5	Percentagem total de controlo do cultivo de VGM	Peso:	45%	S	>50%			
		10%		A	[40%-50 %]			
		NA		<40%				
Iniciativas / Ações	Avaliar resultados das inspeções de campos e emitir parecer							
	Coordenar a amostragem de semente e emitir etiquetas de certificação							
	Realizar ensaios e análises de sementes para certificação							
	Realizar ensaios de campo e de laboratório de controlo de qualidade de lotes de semente							
	Coordenar as ações de controlo do cultivo de VGM							
OO 4	Elaborar o Catálogo Nacional de Variedades, o boletim de registo de variedades protegidas e realizar exames de DHE para o ICVV							VI.7 / VI.8
Indicador 1	Número de ensaios - VAU	Peso:	60	S	>70			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
		20%		A	[60-70]			
				NA	<60			
Indicador 2	Número de ensaios - DHE	Peso:	14	S	>18			
		20%		A	[10-18]			
				NA	<10			
Indicador 3	Data de avaliação de resultados	Peso:	29-jan	S	<27-jan			
		20%		A	[27-31 jan]			
				NA	>31-jan			
Indicador 4	Data de edição do CNV	Peso:	30-mar	S	<26-fev			
		20%		A	[26-fev - 30-abr]			
				NA	>30-Abr			
Indicador 5	Data de elaboração dos relatórios dos exames de DHE	Peso:	15-out	S	<15-set			
		20%		A	[15-set-10-nov]			
				NA	>10-nov			
Iniciativas / Ações	Coordenar as redes nacionais de ensaio							
	Executar ensaios de VAU e de DHE							
	Proceder à avaliação de resultados, elaborar as fichas varietais e realizar o CNPPV							
	Elaborar e editar o CNV e o boletim de registo de variedades protegidas							
	Elaborar relatórios dos exames de DHE para o ICVV							
OO 5	Proceder ao controlo e certificação de batata-semente, citrinos, hortícolas, morangueiro e videira							VI.3 / VI.5
Indicador 1	Número de dias para análise dos processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros	Peso:	25	S	<21			
		15%		A	[21-29]			
				NA	>29			
Indicador 2	Número de dias para análise dos resultados das inspeções	Peso:	25	S	<21			
		15%		A	[21-29]			
				NA	>29			
Indicador 3	Prazo para autorização da emissão de etiquetas - videira	Peso:	23-out	S	<15-out			
		15%		A	[15-31 out]			
				NA	>31-out			
Indicador 4	Número de dias para emissão de etiquetas de certificação - batata-semente	Peso:	4	S	<2			
		10%		A	[2-4]			
				NA	>4			
Indicador 5	Número de dias para emissão de etiquetas de certificação de morangueiro	Peso:	4	S	<2			
		15%		A	[2-4]			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
				NA	>4			
Indicador 6	Prazo de elaboração do relatório de ensaios de campo de controlo à posteriori de videira	Peso: 15%	10-out	S	<1-out			
				A	[1-30] out			
				NA	>30-out			
Indicador 7	Prazo de elaboração do relatório de ensaios de campo de controlo à posteriori de morangueiro	Peso: 15%	20-jun	S	<5 jun			
				A	[5-30] jun			
				NA	>1-jul			
Iniciativas / Ações	Analisar processos de inscrição de plantas-mãe e viveiros							
	Analisar os resultados das inspeções							
	Autorizar a emissão de etiquetas - videira							
	Emitir etiquetas de certificação - batata-semente							
	Emitir etiquetas de certificação morangueiro							
	Elaborar relatório anual dos ensaios de campo de controlo à posteriori de videira							
	Elaborar relatório anual dos ensaios de campo de controlo à posteriori de morangueiro							
OO6	Definir e coordenar os programas de prospeção de organismos prejudiciais							VI.3 / VI.5
Indicador 1	Prazo para definição do programa nacional de prospeção de organismos prejudiciais	Peso: 50%	28-fev	S	<28-fev			
				A	28-fev			
				NA	>28-fev			
Indicador 3	Prazo de elaboração do relatório final dos trabalhos desenvolvidos em 2011	Peso: 50%	23-mar	S	15-mar			
				A	[15-31 mar]			
				NA	>31-mar			
Iniciativas / Ações	Definir o programa nacional de prospeção de organismos prejudiciais							
	Elaborar o relatório final dos trabalhos desenvolvidos em 2011							
OO7	Coordenar as atividades de registo e controlo das Unidades Industriais de Tratamento da Madeira (UITM) e das empresas de casca de madeiras de coníferas							
Indicador 1	Auditorias realizadas às UITM	Peso: 30%	85%	S	100%			
				A	[70-99%]			
				NA	<70%			
Indicador 2	Prazo médio de resposta às questões relacionadas com a coordenação e execução das ações de controlo	Peso: 40%	4 dias	S	<2			VI.1/
				A	[2-6]			
				NA	>6			
Indicador 3	Apresentação de relatório final relativo aos estudos para a validação do método de tratamento térmico da casca de coníferas, à Comissão Europeia	Peso: 30%	30-nov	S	<24-nov			
				A	[24-nov – 5-dez]			
				NA	>6-dez			

OBJETIVOS		META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
Iniciativas / Ações	Realizar as auditorias às UITM					
	Planear e coordenar as ações de inspeção às UITM's e proceder à implementação das ações corretivas necessárias					
	Apresentar o relatório final					

OBJETIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Promover a cobrança de taxas devidas pela certificação e licenciamentos	Nº de dias e datas de elaboração de listagens
Promover a cobrança de taxas devidas pela inscrição de variedades no CNV e atribuição de direitos de obtentor	Datas de elaboração de listagens
Executar análises e ensaios de sementes e tecnológicas informativas	Registos de entradas de amostras
Promover a cobrança de passaportes fitossanitários nas UITM	NI de receita cobrada
Promover a utilização do 'dossier' de Solidariedade NMP	Taxa de execução financeira das despesas da DGADR.
Realizar ações de formação interna	Ações realizadas (ata da revisão pela gestão de topo)
Gerir a aplicação informática INFINET	Nº dias para atualização e data de entrega do relatório
Desenvolver a aplicação informática CERTINET no âmbito do PRODER	Disponibilização de relatório
Dinamizar a utilização do programa informático EUROPHYT	Disponibilização da aplicação
Realizar ações de formação/reciclagem no âmbito da certificação, catálogos e OGM	Ações realizadas
Realização do 2.º Congresso Nacional da Semente	Número de inscrições ao Congresso
Realizar ações de formação para técnicos das UITM's responsáveis pelo tratamento térmico de madeira de coníferas para controlo NMP	Ações realizadas
Realizar encontros de campo no NECE e nas DRAP	Encontros realizados
Atualizar e melhorar a informação disponível na internet	Data de envio para publicação no site
Gerir a base de dados de semente biológica	Estado de atualização da informação
Elaborar proposta de simplificação dos processos de licenciamento das áreas de competência da DSFMM	Data de apresentação da proposta
Obter bons resultados nos testes de proficiência da ISTA	Resultados dos testes
Responder a todas as reclamações e pedidos de informação	Documentos do sistema de gestão da qualidade
Realizar análises e ensaios de sementes, licenciar produtores e acondicionadores de semente e agricultores multiplicadores e avaliar pedidos de importação de semente	Documentos do sistema de qualidade do LES
Renovar os licenciamentos concedidos e avaliação de novos pedidos de licenciamento de produtores e fornecedores de materiais de propagação vegetativa	Dias para execução

OBJETIVOS (cont.)	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Elaborar propostas de diplomas legislativos relativos à inspeção fitossanitária e à produção, controlo, certificação e comercialização de sementes e de materiais de propagação vegetativa	Data de envio aos serviços jurídicos
Elaborar propostas de alteração da legislação dos materiais de multiplicação de fruteiras e de videira	Apresentação das propostas de alteração
Proceder ao controlo e certificação de semente, promover a conservação dos recursos genéticos e coordenar o controlo do cultivo de VGM	Documentos do sistema de qualidade do LES, n.º de inspeções realizadas
Elaborar o Catálogo Nacional de Variedades, o boletim de registo de variedades protegidas e realizar exames de DHE para o ICVV	Nº de ensaios, data do CNPPV, data de envio para publicação do CNV e do BRVP e data de envio dos relatórios
Proceder ao controlo e certificação de batata-semente, hortícolas, morangueiro e videira	Prazo de respostas e elaboração de documentos
Definir e coordenar os programas de prospeção de organismos prejudiciais	Data e realização de reunião, elaboração de relatório
Coordenar as atividades de registo e controlo das Unidades Industriais de Tratamento da Madeira (UITM) e das empresas de casca de madeiras de coníferas	Apresentação do relatório

BENS MATERIAIS

	Bens (a adquirir)	Serviços (a adquirir)
DIFP	1 Impressora	
	1 Fotocopiadora	
	1 Scanner	
DSVRG	1 Balança doseadora para o CNV	
	1 Programa de software de estatística	
	1 Balança portátil	
	1 Scanner	

COORDENAÇÃO DA REDE RURAL NACIONAL E UNIDADE CENTRAL DA ESTRUTURA TÉCNICA DE ANIMAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

- Articular com a RRE, com as Redes Rurais dos outros Estados Membros e outros parceiros internacionais;
- Coordenar e acompanhar tecnicamente as atividades da Rede Rural Nacional, de acordo com o Plano de Ação e o Plano de Atividades aprovados;
- Operacionalizar a Estratégia de Informação e Comunicação da RRN;
- Criar condições para a participação organizada dos membros da RRN nas suas atividades;
- Articular com os membros da rede rural e com outras redes que operem sobre o território nacional;
- Articular com os organismos da administração central e regional responsáveis pela implementação e monitorização dos Programas de Desenvolvimento Rural e do QREN.

CÓDIGO	ATIVIDADES	UNIDADE FLEXÍVEL
--------	------------	------------------

II.1 Presidir ao Conselho de Coordenação do Programa para a Rede Rural Nacional e dirigir a respetiva estrutura técnica de animação. **COORDENADOR**

II.2 Garantir a criação de condições para o funcionamento da Rede Rural Nacional. **UC-ETA**

OBJETIVOS				META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
OE	Melhorar a qualificação do Recursos Humanos / Desenvolver novas competências							
OO 1	Promover a Aquisição de novas competências							II.1 / II.2
Indicador 1	Taxa de colaboradores da UC-ETA que participaram em ações de formação	Peso: 50%	10%	S	>14%			
				A	[6%-14%]			
				NA	<6%			
Indicador N	Taxa de colaboradores da UC-ETA que participaram em parcerias	Peso: 50%	10%	S	>14%			
				A	[6%-14%]			
				NA	<6%			
Iniciativas / Ações	Participação dos recursos humanos da UC-ETA em ações de formação							
	Participação dos recursos humanos da UC-ETA em parcerias no âmbito de projetos aprovados pelo Pro-Rede							
OE	Aumentar o grau de satisfação do cliente							
OO 1	Disponibilizar informação aos agentes de Desenvolvimento Rural							II.1 / II.2
Indicador 1	Número de consultas efetuadas pelos clientes	Peso: 75%	2500	S	>3000			
				A	[2000-3000]			
				NA	<2000			
Indicador 2	Data de disponibilização	Peso:	31-jul	S	<15-jul			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO		RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	do novo site da RRN	25%		A	[15-jul–15-ago]			
				NA	>15-ago			
Iniciativas / Ações	Manter atualizado o site da rede rural nacional							
	Contratar empresa para desenvolver o novo site da RRN							
OE	Melhorar a Competitividade e sustentabilidade do Setor Agrícola e dos Territórios Rurais							
OO 1	Dinamizar as atividades da RRN							II.1 / II.2
Indicador 1	Número de reuniões dos órgãos da RRN	Peso:	2	S	>2			
		25%		A	2			
		NA		<2				
Indicador 2	Número de reuniões do Conselho de Coordenação, do Subcomité LEADER e da REDR	Peso:	2	S	>2			
		25%		A	2			
		NA		<2				
Indicador 3	Número de encontros ou eventos	Peso:	2	S	>2			
		25%		A	2			
		NA		<2				
Indicador 4	Número de reuniões técnicas realizadas	Peso:	3	S	>3			
		25%		A	3			
		NA		<3				
Iniciativas / Ações	Organizar e dinamizar o funcionamento dos órgãos e estruturas da RRN							
	Participar nas atividades da Rede Europeia							
	Participar nos encontros ou eventos promovidos pela REDR, por outras RRN ou organizações membros do CC da REDR							
	Articular com organismos nacionais do MAMAOT, AG dos PDR, Membros da RRN, peritos e GTT							
OO 2	Promover o acesso e a disseminação de informação							II.1 / II.2
Indicador 1	Número de notícias (informação disponibilizada)	Peso:	110	S	>120			
		100%		A	[100–120]			
		NA		<100				
Iniciativas / Ações	Divulgar informação sistematizada e atualizada no site da RRN							
OO 3	Promover o conhecimento e a sua difusão							II.1 / II.2
Indicador 1	Data de disponibilização do centro de recursos	Peso:	30-out	S	<15-out			
		50%		A	[15-out-15-nov]			
		NA		>15-nov				
Indicador 2	Percentagem de experiências de sucesso em meio rural divulgadas /	Peso:	65%	S	>75%			
		50%		A	[65%-75%}			

OBJETIVOS			META 2012	CRITÉRIOS SUPERAÇÃO	RESULTADO	DESVIO	CÓDIGO / ATIVIDADE
	identificadas			NA	<65%		
Iniciativas / Ações	Carregar informação na base de dados (necessário apoio da DPDI para a criação de base de dados)						
	Divulgar experiências de sucesso em meio rural						

OBJETIVOS	FONTES DE VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS
Promover a Aquisição de novas competências	Registos existentes na UC_ETA RRN
Disponibilizar informação aos agentes de Desenvolvimento Rural	
Dinamizar as atividades da RRN	
Promover o acesso e a disseminação de informação	
Promover o conhecimento e a sua difusão	

BENS MATERIAIS



Bens (a adquirir)

6 - Computadores

Serviços (a adquirir)

Estudos
Tradução
Tipografia
Produção de Revistas

ABREVIATURAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABS	Aquisição de Bens e Serviços
AFN	Autoridade Florestal Nacional
AG	Autoridade de Gestão
AH	Aproveitamento Hidroagrícola
AIA	Avaliação do Impacte Ambiental
ANQ	Agência Nacional para a Qualificação
APV	Autorização Provisória de Venda
ARH	Administrações das Regiões Hidrográficas
AV	Autorização de Venda
BRVP	Boletim de Registo de Variedades Protegidas
CA	Comissões de Acompanhamento
CALEP	Comissão de Acompanhamento do Licenciamento das Explorações Pecuárias
CC	Comité de Coordenação
CCMA	Commission for Conciliation, Mediation and Arbitration
CH	Centrais Hidroelétricas
CIPP	Convenção Internacional de Proteção das Plantas
CNPPV	Conselho Nacional de Proteção da Produção Vegetal
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRA	Conselho Nacional da Reserva Agrícola
CNREN	Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional
CNV	Catálogo Nacional de Variedades
CNZH	Comissão Nacional para as Zonas Húmidas
CPEA	Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura
CRRAN	Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional
CTA	Comissão Técnica de Acompanhamento
DGAIEC	Direção Geral das Alfândegas e Impostos Especiais
DHE	Ensaio de Distinção, Homogeneidade e Estabilidade
DNS	Domain Name System - Sistema de Nomes de Domínios
DRAP	Direção-Regional de Agricultura e Pescas
DUS	Diretiva do Uso Sustentável
EE	Estações Elevatórias

EFMA	Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EN	Estratégia Nacional
EU	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FPH	Fruta e Produtos Hortícolas
GM	Geneticamente Modificado
GT	Grupo de Trabalho
GTT	Grupos de Trabalho Temático
ICVV	Instituto Comunitário das Variedades Vegetais
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSPIRE (Diretiva)	INfrastructure for SPatial InfoRmation in Europe
IPQ	Instituto Português de Qualidade
ISTA	International Seed Testing Association
IVA	Imposto Sobre Valor Acrescentado
LEADER	Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
LES	Laboratório de Ensaio de Sementes
MPB	Modo de Produção Biológico
NECE	Núcleo de Ensaio e de Controlo do Escaroupim
NMP	Nemátodo da Madeira do Pinheiro
OCDE	Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Económico
OEPP	Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção das Plantas
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ONS	Organismo de Normalização Setorial
PABS	Pedido de Aquisição de Bens e Serviços
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Plano Diretor de Regionalização
PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
PF	Produtos Fitofarmacêuticos
PI	Produção Integrada

PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PLEIADES	Participatory multi-Level EO-assisted tools for Irrigation Water Management and Agricultural Decision-Support
PM	Preservadores de Madeira
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNCRP	Programa Nacional de Controlo de Resíduos de Pesticidas
PO	Programa Operacional
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POS	Point of Sale (terminais)
PP	Planos de Pormenor
PP	Pedido de Pagamento
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PRODI	Produção Integrada
PROT	Planos Regionais de Ordenamento do Território
PRRN	Programa da Rede Rural Nacional
PU	Planos de Urbanização
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RECAPE	Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução
REDR	Rede Europeia de Desenvolvimento Rural
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
SAA	Serviço de Aconselhamento Agrícola
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIR	Sistema de Informação do Regadio
SNAA	Serviço Nacional de Avisos Agrícolas
TER	Turismo em Espaço Rural
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UITM	Unidade Industrial de Tratamento de Madeira
UO	Unidade Orgânica
UPOV	União Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais
VAU	Valor Agronómico e de Utilização
VGM	Variedades Geneticamente Modificadas

PLANO DE ACTIVIDADES 2012

FICHA TÉCNICA

Editor: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: DSIGA / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Edição em suporte magnético: DSIGA / Divisão de Planeamento, Documentação e Informática

Série Programação nº 60

ISSN 0872-993X

Distribuição: DSIGA - Divisão de Planeamento, Documentação e Informática (DPDI)
Tapada da Ajuda, Edifício I, 1349-018 LISBOA
Telfs.; 21 361 32 00, 21 361 32 83 – Linha azul 21 361 32 88 – Fax: 21 361 32 77
E-mail: dpdi.pub@dgadr.pt - <http://www.dgadr.pt>

©2012 DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR)
RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À
DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR
Av. Afonso Costa, 3 – 1949-002 LISBOA